



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ATA N.º 46

Sessão ordinária de dezembro

1.ª reunião de 21-12-2011

Aos vinte um dias do mês de dezembro de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, na qualidade de Primeiro Secretário da Mesa e da Vogal Elisabete Krithinas de Freitas, na qualidade de Segunda Secretária da Mesa, e com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Vítor Manuel Marques Oliveira, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Telmo Vieira Martins, Adélio Correia Marques Silva, Raúl Ventura Martins, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, Rui Miguel Bartolomeu Maio e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.⁰⁰²

No momento da chamada verificaram-se as ausências dos seguintes vogais:

Sesnando Alves dos Reis, Carlos Mário Magalhães Anileiro, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca e Carlos Francisco da Cunha Picado.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel Silva Santos, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria Teresa Cabral Figueiredo Rebocho Christo, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves (chegou às 21.15 horas), José da Cruz Costa, e Helena Maria de Oliveira Dias Libório (chegou às 21:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e dos vogais Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, respetivamente, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Victor Manuel Marques Oliveira, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Filipe Seça Neves Barbado Guerra.⁰⁰³

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira e Antero Marques dos Santos, fizeram-se substituir nesta reunião, respetivamente, por Firmino Marques Ferreira, Adélio Correia Marques Silva.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Marco António da Costa Gonçalves, Maria João Dinis, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias, e Nelson Ricardo Esteves Peralta, apresentaram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as atas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [005](#)

Ata n.º 43 – Sessão Ordinária de setembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

Ata n.º 44 – Sessão Ordinária de setembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, uma abstenção, e zero votos contra.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de dezembro, cujos pontos se transcrevem[006](#):

Ponto 1.– Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2.– Proposta de Recomendação – inclusão do nome de José Neves Amado na toponímia da Cidade de Aveiro;

Ponto 3.– Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro;

Ponto 4.– 5.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município;

Ponto 5.– Adesão do Município de Aveiro à Associação RIACIM - Rede Ibero-Americana de Cidades Médias;

Ponto 6.– Doação à Companhia Voluntária de Salvação Pública Guilherme Gomes Fernandes – “Bombeiros Novos de Aveiro”, parcelas de terreno destinadas à edificação das novas instalações do Quartel;

Ponto 7.– 2.º Relatório da Comissão Eventual de Acompanhamento da Instalação da Unidade Tratamento Mecânico Biológico;

Ponto 8.– Propostas de Recomendação à Câmara Municipal, em Defesa do Interesse Público.

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o munícipe[007](#), João Pedro Soares Martins, recenseado na Freguesia da Vera Cruz, veio expor um assunto relacionado com a reclamação dos vínculos laborais do pessoal auxiliar de educação e apoio no Jardim de Infância de Santiago.

Usou da palavra o munícipe Fernando Simões de Moura⁰⁰⁹, residente na freguesia de Cacia, veio expor assunto relacionado com a programada intenção do Governo do encerramento da Linha do Vouga.

(Entretanto deram entrada na sala os Vogais Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Casimiro Simões Calafate, e Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu).

De seguida, Presidente da Mesa deu a Palavra à Câmara Municipal para, nos termos regimentais, prestarem os esclarecimentos tidos por pertinentes.

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:⁰¹¹

“Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia, caros Deputados Municipais, caros concidadãos. Eu queria-me referir ao assunto levantado pelo munícipe João Pedro, relacionado com as auxiliares de ação educativa.

Como sabem, a responsabilidade da contratação de auxiliares ou do suprimento da necessidade de colocar pessoal auxiliar nas escolas provém de um protocolo feito entre o Município de Aveiro e o Ministério da Educação. Em que neste processo há uma transferência de competências do Ministério para o Município.

Este processo, como todos os outros relacionados com transferências de competências tem algumas lacunas, nomeadamente em termos de modelos de contratação de pessoal.

Desde que nos encontramos responsáveis por esta área no município de Aveiro, detetámos que este é sem dúvida um dos maiores problemas que nós temos na área da educação.

Desde 2005 que o processo, como foi bem dito, tem sido assegurado pelos regimes de contratação diferenciados. Inicialmente e fazendo um pouco o historial, havia uma vulgar prestação de serviços a recibos verdes, que como sabem foi proibida em 2007.

Esse processo obrigou-nos a procurar alternativas. Alternativas essas que na opinião do Vereador da Educação e também do Senhor Presidente da Câmara, deveriam passar pela assunção dos agrupamentos neste tipo de contratação. Parecia-nos e parece-nos, e julgo que esse será o futuro, que serão os Agrupamentos de Escolas os responsáveis pela gestão do pessoal que deveriam ser eles a contratarem as pessoas.

Infelizmente o Ministério da Educação declinou essa possibilidade de ser feita essa contratação.

Encontrámos então uma alternativa que foi um protocolo estabelecido com a ACAV para colocar essas pessoas nas escolas. Sendo sempre esta uma situação precária procurámos em fevereiro do corrente ano fazer um processo de contratação de 20 auxiliares, que são as que neste momento estão em causa.

Esse processo, que foi solicitado em fevereiro, foi-nos respondido (como sabem temos que pedir autorização à tutela), em setembro deste ano e já em período letivo, de que por despacho do Senhor Ministro das Finanças e do Secretário de Estado da Administração Local que não podíamos contratar essas pessoas. E, portanto, não podíamos regularizar o vínculo como assim desejávamos. Este foi o processo que foi desenvolvido.

Eu queria dar uma nota daquilo que disse em respeito pelas pessoas e elas podem confirmar mais do que eu que nós tivemos e temos tido algum respeito, por procurarmos apesar de tudo manter as mesmas pessoas nos seus locais de trabalho, inclusivamente dando-lhes formação nalgumas áreas específicas que achamos que eram importantes para quem lida com crianças numa escola pública.

Posto isto, e sabendo que o modelo de protocolo com a ACAV seria sempre um modelo precário, procurámos algo que já aconteceu no passado que foi (e não omito aquilo que disse e disse muito bem), da proximidade que têm com as Juntas de Freguesia, do diálogo que

costumam ter e da maior proximidade que as Juntas de Freguesia têm com as escolas e com as Associações de pais. Procurámos fazer uma delegação de competências. E talvez por isso a demora na resposta que se demorar, não é assim tanta a demora, mas compreendo que para quem está preocupado em resolver o assunto qualquer dia é uma demora.

Nós precisávamos da resposta efetiva da Junta de Freguesia para sabermos se o processo estava resolvido de uma forma ou de outra. A Junta de Freguesia, no seu pleno direito e sem qualquer crítica da nossa parte em relação a isso, até porque compreendemos as razões, declinou essa possibilidade — no caso da Glória que é o caso que aqui trazem. Noutros casos, os processos estão a seguir o seu curso normal.

Posto isto, estamos neste momento e julgo que já encontrámos a solução. Iremos fazer um protocolo com outra Associação para prever a situação, sendo que é nosso objetivo como foi sempre e sempre foi afirmado por nós, manter as pessoas que estão na escola a desempenhar a sua função.

Assumimos sempre que qualquer que fosse a solução iríamos procurar que fossem as mesmas pessoas e que no dia de hoje obviamente que têm que lá estar a trabalhar.

Posto isto, dizer-vos só que tenho pena que tenha sido recusada a possibilidade por parte do Ministério e poderíamos fazer contas sobre o que é que isso significava, de regularizar de uma vez por todas a situação das pessoas — que era aquilo que nós pretendíamos.”

De seguida o Presidente da Mesa concedeu a palavra para esclarecimentos aos seguintes membros.

Membros da Assembleia

Vogal Fernando Tavares Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[012](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite. Cumprimento a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, o público. Que me seja permitida uma saudação especial ao público que está ali de Santiago, que eu bem conheço e que também me conhece.

Isto é uma situação delicada. Eu diria que quase em vinte anos de Presidente de Junta esta é a situação, é o problema, é o processo, que mais nos preocupou. Que nos obrigou a pensar maduramente porque estão em causa crianças, estão em causa pais, estão em causa pessoal não docente, está em causa muita coisa. Mas a verdade é que depois de muito pensar, analisar os prós e os contras, depois de (verdade seja dita) termos obtido algum parecer de a, ou b, ou c, de pessoas que nos pareceram bem posicionadas para nos informar, nós tivemos, lamento profundamente e estendendo-me a todo o executivo, mas por unanimidade, recusamos o convite da Câmara Municipal.

É tudo verdade aquilo que o Senhor Vereador acaba de dizer. Fomos contactados, fomos postos ao corrente daquilo que se passava, da legislação que estava em vigor, tudo isso.

O Senhor Vereador, a Câmara, fez tudo o que estava ao seu alcance para na verdade me sensibilizar para o problema. Nós tínhamos bem presentes que é um problema delicado. Tínhamos, e temos, e continuaremos sempre a ter que é um problema realmente delicado.

É verdade que tivemos reuniões com o Senhor que esteve no púlpito, o Senhor João Pedro Martins. Iguamente tive reuniões com o Senhor Presidente da Associação de pais, o Senhor Joaquim Leal. Fomos postos ao corrente daquilo que realmente se passava, do diálogo que tivemos com a Câmara na entrevista com o Senhor Vice-presidente, em que ia passar para as Freguesias estas competências. Terá de alguma maneira agitado realmente aqui esta situação, terá havido uma interpretação precipitada, mas seja dito também por muita gente, o Senhor Vice-presidente teve o cuidado de dizer que o assunto ainda não estava encerrado e que havia diálogos é certo. Mas o que ficou no ar é que as Juntas de Freguesias iam tomar conta do

assunto. Ficou no ar e isso de alguma maneira levou as pessoas, quanto a mim erradamente, a pensar que o assunto estava definitivamente nas Juntas de Freguesia. Bom, mas eu falo da minha Junta de Freguesia, falo da Junta de Freguesia da Glória. O assunto foi ponderado, foi analisado duas vezes na sequência de reuniões periódicas que tivemos com a Câmara Municipal. A Junta de Freguesia é um órgão autónomo e decidiu não aceitar o pedido da Câmara Municipal, consciente da gravidade da nossa recusa, consciente. Lamentamos perfeitamente em nome de todas as pessoas envolvidas no processo, mas foi uma decisão que tomámos e está tomada. É esta a nossa posição. Peço desculpa a todos pelo mal que eventualmente possamos causar, mas foi tomada por unanimidade. Está tomada essa decisão. Assumimos essa decisão. Muito obrigado.”

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Nuno Manuel Marques Pereira)

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰¹³

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰¹⁴

Vogal Carlos Barros (CDS)⁰¹⁵

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁶

“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito boa noite. Também da parte do Partido Socialista saudar a intervenção do público, é sempre de louvar que cidadãos, sobretudo numa noite tão fria se disponham a vir partilhar as suas preocupações com a Assembleia Municipal.

E eu começava a minha intervenção pela última intervenção do público relativamente à manutenção da linha do Vouga — repetir o que já outras bancadas disseram. Nós tivemos um debate há dois dias sobre esta matéria. O Partido Socialista votou a favor de uma Moção que pretende defender a manutenção da linha do Vouga. Portanto somos solidários com a preocupação do cidadão que aqui foi manifestada.

Sobre a matéria relativamente às auxiliares, neste caso de Santiago, farei a minha intervenção obviamente genericamente também sobre um problema que se estende a outras auxiliares do ensino pré-escolar no concelho de Aveiro, que estão com a mesma situação.

A primeira nota que eu gostava de dar e para os cidadãos que vêm hoje pela primeira vez e não vêm habitualmente é que, nós temos tido muitas intervenções do público, normalmente, praticamente em quase todas as Assembleias Municipais. E em praticamente todas as Assembleias Municipais, e não é com certeza coincidência, a matéria escolhida é a Educação!? Ou é uma escola específica, é o problema agora com os funcionários etc.

Isto não é com certeza por acaso, e o Partido Socialista também repetidamente em todas as Assembleias Municipais tem chamado a atenção para a matéria da educação, porque a considera prioritária e porque de facto esta questão relativamente aos funcionários é apenas, infelizmente, mais um capítulo demonstrativo da falta de competência, da incúria e do desleixo do executivo municipal relativamente à matéria da educação.

O Senhor Vereador não sei se quis dar a entender, mas eu percebi das suas palavras, que esta questão do vínculo dos funcionários surgia por causa de um protocolo recentemente assinado com o Ministério da Educação! Ora a Lei de 159/99, que estabelece o quadro de transferências de competências para as autarquias, no seu artigo sobre educação que é o artigo 19 diz que compete aos órgãos municipais no que se refere à rede pública, gerir o pessoal não docente na educação pré-escolar.

Portanto isto é uma matéria que é da competência do município há muito tempo.

Este executivo municipal tem esta responsabilidade há seis anos. Portanto querer agora transpor que este problema surja por causa de uma recusa neste momento por parte do Ministério das Finanças para regularizar este vínculo não é correto.

E portanto, o município tem que fazer um óbvio acto-de-contrição por não assumir as suas responsabilidades numa matéria que é essencial. E que é essencial para os trabalhadores que merecem ter um vínculo estável e uma situação laboral estável, num posto de trabalho que deve ser estável e que é necessário e que não consta que venha a ser alterada essa necessidade nos próximos tempos, e que tem também uma função fundamental na qualidade do ensino que se presta e da educação que se presta a crianças deste tipo de idades.

Foi dito pelo munícipe e eu reforço isso, uma auxiliar de ação educativa no ensino pré-escolar é uma peça fundamental no desenvolvimento dessas crianças. Poder haver estabilidade e rotação de pessoas neste tipo de vínculos, no momento até em que se fez e espero que se continue a fazer agora com este novo Governo um esforço para a estabilização dos quadros de pessoas na educação. Porque está comprovado que isso é essencial para a melhoria da qualidade e para os resultados em matéria de educação. Não conseguir, em seis anos, resolver este problema é grave. É gravíssimo! E nós solidarizamos-nos em absoluto com a angústia de pais e de pessoas, que infelizmente, já podiam ter a sua situação resolvida e por incúria da Câmara e deste executivo não a têm. Disse.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, começaria por saudar os dois munícipes que aqui vieram a esta Assembleia trazer um pouco da sua visão, do que se passa no nosso município. E gostaria de começar pela intervenção do munícipe João Pedro Soares Martins, que vem falar em nome de um conjunto de pessoas que eu registei, porque tínhamos recebido o documento e em que 40 pessoas assinam um documento ou seja, a totalidade dos encarregados de educação subscrevem um documento, em que referem um problema, mas também apontam um conjunto de ações e de qualidades da escola. Eu gostaria de começar por realçar essas próprias qualidades. Disse e transmitiu-nos aqui que a escola funciona bem, que as crianças gostam de estar na escola, os pais gostam da escola, os pais gostam das educadoras, os pais gostam das auxiliares de educação, os pais gostam da Filomena e da Eliana. E penso que este aspeto é muito importante, porque a escola realmente é feita pelos alunos, pelos professores, pelos funcionários, pelos pais e que parece e fico contente, por nós na nossa comunidade termos pelo menos esta escola, de certeza que há muitas mais, que funcionam bem e que as pessoas gostam de lá estar. Tem-se falado muito na avaliação do desempenho dos nossos funcionários. E aqui temos um exemplo em como esta avaliação do desempenho foi feita. Quando os funcionários são bons e temos aqui dois casos, as pessoas empenham-se em proteger os postos de trabalho. E aquilo que os pais aqui fizeram hoje, é dizerem que querem que a Filomena e a Eliana continuem a educar os seus filhos. E que por isso, acho que esta sua pretensão se não tivesse sido atendida, por esta razão devia ser atendida. E por isso fico muito contente, porque quer o Senhor Presidente da Junta, quer a Câmara Municipal de Aveiro, já estar a tratar da situação e o assunto estar resolvido. De toda a maneira acho que ficou aqui este testemunho, que acho que é muito, muito importante para esta nossa comunidade.

Quanto à linha do Vouga, o nosso munícipe Fernando Moura, aquilo que referiu aqui nesta Assembleia foram alguns dos argumentos que nós também utilizámos na Assembleia Extraordinária que realizámos e por isso todos nós identificámos que há potencialidades na linha, que a situação atual realmente não serve, apresentou aqui alguns exemplos que mostram que realmente há muito a fazer e por isso é que foi apresentada uma Moção no sentido de que haja uma suspensão da decisão que foi tomada de encerramento da linha e nós estamos a querer que a mobilidade que está a ser estudada, está a ser tratada não só a nível do município de Aveiro, como no município de Águeda, no que diz respeito a esta linha mas também a nível regional, através da comunidade intermunicipal da região de Aveiro à qual o município de Aveiro pertence e participa, que de certeza que vão encontrar a melhor solução e

estamos convencidos que esta linha vai continuar a ser uma realidade, não nos moldes em que está, mas em moldes muito melhores, porque só assim é que realmente faz sentido termos esta linha. Muito obrigado.”

Continuando, o Presidente da Mesa⁰¹⁸ deu início ao período regimental de Antes da Ordem do Dia

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

De imediato concedeu a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Esgueira, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, para no âmbito das “Freguesias vêm à Assembleia”, fazer a apresentação da sua Freguesia.

Vogal Romana Fragateiro (PS):⁰¹⁹

“Ex.mo Senhor Presidente, Exma. Câmara, Ex.mos Senhores deputados, Comunicação Social, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

Em primeiro lugar queria agradecer as amáveis palavras do presidente da Assembleia, a nossa exposição sobre Esgueira é uma exposição muito simples, não tivemos tempo para a elaborar mais, acho que representa a realidade da Freguesia. Gostaria de fazer uma pequena resenha sobre a Freguesia a que presido, Esgueira.

A 8 de junho de 1515 foi dado Foral à Vila de Esgueira por D. Manuel I. Entre 1528 e 1836, Esgueira foi concelho, constituído pelas freguesias de Esgueira, Cacia, Navió e Palhaça. Tinha em 1801, 4.426 habitantes. Com a elevação de Aveiro a Cidade e a sua passagem à categoria de terra de coroa, após o confisco aos duques implicados no atentado contra D. José I, desapareceram os antigos privilégios do ducado, podendo Aveiro ser cabeça de comarca e transferindo-se então a hegemonia de Esgueira para aquela cidade.

O decreto de 6 de novembro de 1836, extinguiu o concelho passando à qualidade de freguesia.

Até 1984 vários lugares hoje pertencentes à Freguesia de Santa Joana, foram pertença da Freguesia de Esgueira.

A freguesia de Esgueira que é constituída por dez lugares. É a terceira maior em área (17,7km²), a mais populosa do concelho de Aveiro com 13.432 habitantes (Censos 2011) e a terceira mais populosa do Distrito.

Estão instalados em Esgueira os seguintes serviços: Entidades Bancárias, Farmácias, Estações dos CTT, Repartição de finanças, Extensão de Saúde, Clínica Médica privada, Consultórios médicos, Clínicas dentárias, Escritórios de advogados e solicitadores, Gabinetes de contabilidade, Seminário, Igreja Matriz, um Retail Parque com dezenas de estabelecimentos de média e grande dimensão, 2 hipermercados, infantários, várias Escolas primárias, Escolas do Segundo e terceiro ciclo, Escola Secundária, IPAM (ensino superior), Hipismo, Matadouro Municipal, dois Cemitérios, Centro de dia (Mataduços), Lar de Idosos (Paço), uma Zona industrial com dezenas de fábricas de média e grande dimensão, alguma delas classificadas no ranking das “1000 maiores empresas do Distrito de Aveiro”, sendo que estas empresas representam dividendos para a Câmara Municipal de Aveiro. Não esquecendo o Estádio de futebol uma área de mais 750 mil metros quadrados destinada implementação do golfe, Centro hípico e outras valências. Dentro de mais ou menos 3 anos teremos o novo quartel dos Bombeiros Novos de Aveiro.

Em termos rodoviários somos atravessados pela A17, A25, EN 109 e outras. E em termos ferroviários somos atravessados pela linha do norte, linha do Vouga e linha que faz a ligação do terminal de mercadorias em Esgueira, da Estação Multimodal ao Porto Comercial de Aveiro.

Conhecida pela sua dinâmica e pela energia e capacidade de trabalho das suas gentes, Esgueira é hoje uma freguesia de referência no concelho de Aveiro, com o misto de rural e urbano, senão vejamos os campos verdejantes de Taboeira, inseridos na bela Pateira, a zona do Paço com tantos campos de cultura, Mataduchos com a parte agrícola e ribeirinha, ladeada pelos canais da Ria, prolongando-se até às Agradas do Norte.

Esgueira caracteriza-se essencialmente pela qualidade de vida que proporciona aos seus habitantes, com infraestruturas de qualidade, e com um registo forte no seu desenvolvimento. Reúne-se em Esgueira uma comunidade diversificada em que aos nascidos da freguesia se juntam homens e mulheres de outras paragens que aqui buscaram melhores condições de residência e/ou de trabalho, o que faz com que mantenhamos uma constante relação de proximidade com a população.

Para esta integração têm tido um papel fundamental as 14 associações culturais, desportivas e da defesa do ambiente. A sua pujança é bem demonstrada pelos resultados obtidos, pelos objetivos atingidos, apesar das múltiplas dificuldades geradas pelos apoios sempre insuficientes. O engenho e arte, mas sobretudo o empenho de todos aqueles que dedicam muito do seu tempo às coletividades desta freguesia é credor de toda a admiração e gratidão e tem de ser lembrado.

Numa altura de tantos sacrifícios não nos esqueçamos dos estão sozinhos e dos que mais sofrem, por isso criámos um projeto de apoio social a Idosos, mas abrangendo a população em geral e para satisfação deste Executivo, esta ação está a ter um resultado para além dos objetivos iniciais. Disse.”

Presidente da Mesa:[020](#)

“Muito obrigado, Senhora Presidente pela sua intervenção extremamente esclarecedora, e temos todo o orgulho, da nossa parte, na nossa Freguesia de Esgueira. Muito obrigado pela vossa colaboração neste programa das ‘Freguesias Vêm à Assembleia’.”

Continuando, inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste período regimental os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes que me desconte o tempo, queria fazer uma interpelação à mesa para agendamento de sessão extraordinária da Assembleia Municipal para discussão pública a propósito do Documento Verde da Reforma da Administração Local. Creio que o debate realizado e promovido pela Assembleia Municipal foi positivíssimo, o PCP tem essa opinião, mas queremos uma tomada de posição pública por parte deste órgão. E há uma data limite antes da qual temos de ter isto pronto que é trinta um de janeiro de 2012. Portanto o PCP faz este apelo para que possamos ter uma Sessão Extraordinária unicamente para discussão do Documento Verde da Reforma da Administração Local.

Bem, agora avançado para a minha intervenção. Senhor Presidente, Senhores Deputados municipais, Senhores Vereadores, como é do conhecimento de todos a empresa Nissan desistiu do investimento previsto no Concelho de Aveiro, que a própria qualificou de periférico, resultando em mais um exemplo de uma empresa multinacional que procurou instrumentalizar

a crise vivida no país e os diversos apoios, promessas e fundos públicos feitos pelo Estado e que há primeira dificuldade rapidamente partiu.

Esta foi uma notícia negativa para o Concelho mas exemplifica o nível das dificuldades que o país atravessa e a exposição que este tem à avidez de algumas aves de rapina.

Como dizia, o país atravessa uma grave crise económica e social, com inegáveis contornos políticos, fruto de mais de três décadas de recuperação capitalista. Esta é uma crise capitalista que encontra atualmente no Governo PSD/CDS, que conta por sua vez com a solidariedade ativa do PS, o seu mais firme executante.

Esta é uma crise capitalista, porque é uma crise fruto das contradições que são natureza deste sistema, uma crise cujos perversos efeitos são repercutidos única e exclusivamente nas classes populares e trabalhadoras, e é igualmente uma crise capitalista na exata medida em que é utilizada pelos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros como instrumento de agudização da exploração de uma classe sobre outra, na exata medida que reforça a monopolização da economia num punhado de grandes grupos. Abandonando qualquer perspetiva coletiva de desenvolvimento ou progresso do país.

As medidas políticas de fundo levadas a cabo nos últimos anos pelos sucessivos Orçamentos de Estado e PECs, aprovados ora pela mão de PS ora pela mão de PSD e CDS, ora pela mão dos três, com o recente aprofundamento na aprovação do Orçamento de Estado 2012, com essa enorme farsa política que foi a autodesignada abstenção violenta PS e sempre também com o alto patrocínio do Presidente da República, constituem a prova provada das causas da crise, dos seus responsáveis políticos e seus executantes.

Na senda do rumo de declínio e afundamento do país, os lacaios nacionais da Troika, PS, PSD e CDS, empurrando sucessivamente culpas e responsabilidades, não se dão por contentes com o pacto de agressão firmado, enveredam por linhas políticas com objetivos claros de destruição do Estado Social, de destruição da lei laboral, de desmantelamento do Estado e do seu setor empresarial e de crescente entrega aos grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros de setores estratégicos e altamente lucrativos da nossa economia.

Precisando, no passado Domingo, em posse domingueira numa farsada encenação, o Governo decidiu tornar pública a revisão gravosa do pacto de agressão, impondo uma redução dos salários e remunerações, cortes no valor e na duração do subsídio de desemprego, a par da tentativa do aumento do horário de trabalho e do trabalho não pago, esta revisão aponta como objetivo uma significativa desvalorização dos salários por via da liquidação da contratação coletiva e a brutal redução das indemnizações por despedimento agora para 8/12 dias por cada ano de trabalho e da facilitação/liberalização dos despedimentos com poder discricionário para o patronato. Mas mais ainda, cortes adicionais, ao que já fora cortado, no setor da saúde na ordem dos 550 milhões de euros, a par de aumento nas taxas moderadoras de 100%, e mais corte na educação de menos 190 milhões. A que se juntam o ataque feito à mobilidade dos cidadãos seja com o fim das SCUTs seja com o aumento dos passes sociais, nos crescentes constrangimentos no acesso à Justiça, o aumento generalizado de impostos.

Note-se por exemplo que só a imposição de mais meia hora extra de trabalho de borla que o Governo prevê, resulta na entrega de 316 milhões de horas de trabalho gratuito que o patronato recebe, resultando num decréscimo de 6% no valor/hora do trabalho, no possível despedimento de 184 mil trabalhadores que se poderão tornar desnecessários, portanto, a entrega de mão beijada de 7500 milhões de euros diretamente para os bolsos dos patrões. Esta medida, por exemplo, sobre as contas públicas ou dívida soberana não altera rigorosamente nada a situação do país, apenas aumenta e este o seu real objetivo a exploração sobre o trabalho.

Simultaneamente aí vão as benesses para os mesmos de sempre, aí vão mais 12 mil milhões de euros para a chamada recapitalização da banca, aí vai a TAP e a CP cargo a preço de saldo, aí vai a EDP mais os CTT bem baratinhas, aí vai a negociata “transferência dos fundos de

pensões para a Segurança Social” que constitui mais um ruinoso encargo futuro para a segurança Social e um alívio para a banca e que constituirá sem dúvida uma bomba relógio na Segurança Social.

Tudo isto e muito mais mesclado com flagrantes atropelos á Constituição, com a enxurrada de nomeações públicas por critério de cartão partidário e os provocadores e até insultuosos convites à emigração por parte de quadros do PSD, Secretários de Estado e até pelo próprio Primeiro-Ministro.

O PCP sublinha a necessidade urgente de interromper este rumo, de rejeitar o pacto de agressão antes que seja tarde. É preciso exigir a imediata renegociação da dívida pública – nos prazos, nos juros e montantes – tornando-a compatível com o crescimento económico e a criação de emprego; tomar medidas para o aumento da produção nacional, controlando importações, estimulando o investimento público, apoiando as PME’s; há que ir buscar dinheiro onde verdadeiramente está — aos lucros dos banqueiros, dos especuladores, ao património de luxo. Há que interromper as privatizações e recuperar o controlo do público dos setores básicos e estratégicos da economia. Há que valorizar os salários e as pensões, combatendo desigualdades e dinamizando a economia nacional. Há que fazer valer o exercício pleno da soberania e da independência nacional, face à crescente dimensão de carácter colonialista dirigido a partir da União Europeia, que está a esmagar o país. Só assim se pode assegurar um Portugal com futuro.”

Vogal Rui Maio (BE)⁰²²

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata ⁰²³

“Muito obrigado Senhor Presidente. Só duas questões também muito rápidas sobre essa situação. Queria-me congratular com a posição, última posição, que o nosso Governo também ajudou a criar, que é o melhoramento das nossas quotas de pesca.

Sendo Aveiro uma região onde a indústria pesqueira é das principais indústrias e das principais instituições empregadoras do horizonte dos nossos funcionários, os nossos trabalhadores na cidade de Aveiro e no distrito de Aveiro, quero-me congratular pelo aumento da quota do bacalhau em mais duzentas e quarenta toneladas, o que vai provocar em que mais alguns dias os nossos navios de pesca do bacalhau, em que Aveiro é que tem a maior frota a nível nacional, poderão realmente exercer a sua atividade e daí poder realmente empregar os seus funcionários tanto no mar como em terra, tanto a jusante como a montante e isso é uma situação extremamente salutar. Isto era muito saudável e que realmente mais desenvolverá e mais produzirá na riqueza do nosso concelho e distrito de Aveiro.

Paralelamente a isto e também agora pela negativa, eu lamento ter sabido, ter havido o congelamento das licenças de pesca nas costas de Marrocos, mas penso que os nossos estadistas e nomeadamente o nosso Secretário de Estado das pescas, penso que resolverá pela melhor situação esta solução que está a ser agora tratada nas UE.

Outra situação que eu queria aqui referir e também pela negativa, é realmente a introdução de portagens na A25. Uma estrada que foi feita com o dinheiro de todos nós e portanto que realmente está a prejudicar em muito todo o transporte e todas as exportações que nós temos para Espanha e não só, para Espanha e para o resto da Europa, é uma via realmente onde não há alternativas. Onde se realmente for pela nacional é completamente impossível de executar e isso é grave! É muito grave.

E era aí que eu queria que se continuasse a fazer um esforço grande, para que essa via realmente não fosse portajada da maneira que é e se tentasse resolver o mais rápido possível, porque dada a situação de crise do país e dada a situação de muitas empresas nossas, nomeadamente cerâmica, metalomecânica e outras em que toda a sua exportação era feita por camião, estão a ser extremamente prejudicadas. Aliás como já comentou também a associação

de industriais de Águeda, já comentaram o assunto e portanto penso que é urgente, é urgente, toda a via da estrada ibérica se juntar e tentar resolver a situação o mais rápido possível e também todos os concelhos do distrito de Aveiro. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰²⁴

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)⁰²⁵

Presidente da Mesa⁰²⁶

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰²⁷

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata⁰²⁸

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores deputados.

Em primeiro lugar quero desejar a todos um feliz natal na companhia dos que são importantes para todas V. Exas. E quanto ao ano novo que se avizinha e que todos estamos com muito receio, apesar dos votos que fazemos todos com certeza de que i próximo seja bem melhor que este e que a tristeza e a preocupação e a desilusão em que nos encontramos comecem a fazer parte do passado e que a esperança se lente e nos anime para podermos superar as dificuldades que ai vêm. E quanto a este ponto era só o que eu queria dizer.

Não posso deixar passar um facto que vou passar a relatar e que gostaria que todos partilhassem comigo esta minha preocupação.

No passado dia 15 de dezembro foi publicado o Decreto-lei. 118/2011 que entrará em vigor em 2012.

Assim dito, perguntar-me-ão, mas que tem esta Assembleia a ver com isso? Ou talvez perguntem: mas que decreto é esse e porque vem para aqui falar dele? Passo a explicar.

Este Decreto-lei aprova a estrutura orgânica da Autoridade Tributária e Aduaneira, que resulta da fusão da Direção Geral dos Impostos, da Direção das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo e da Direção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros.

Nesse mesmo Decreto-lei e no mapa anexo prevê-se a criação apenas de onze diretores de Finanças, além de Lisboa e Porto, o que tudo perfaz treze. Conclui-se pois que as atuais Direções de Finanças irá dar lugar apenas a treze. Até ao momento existe uma Direção de Finanças em cada Distrito. A partir de janeiro, com a entrada em vigor do referido Decreto-lei passará a haver menos cinco Direções de Finanças. Não sabemos até ao momento quais os distritos que irão perder estes serviços?

Até hoje não consigo perceber porque é que em geral Aveiro no caso de perder serviços, nos últimos anos, normalmente é brindada. Ou melhor, é sorteada! Tem sido assim ao longo do tempo, seja o Governo do partido, que for.

Normalmente às perdas dos serviços, nunca está ligada com a falta de utentes, qualidade e volume dos serviços. São, pois, opções políticas que sistematicamente prejudicam o nosso município.

No passado recente, foi-nos retirado o tribunal tributário, como é de todos conhecido. As razões que presidiram a essa retirada não tiveram a ver com falta de processos, mas foi tão só e apenas uma opção política. Esta opção veio a revelar-se prejudicial para os utentes, quer as pessoas singulares, quer as pessoas coletivas, e também para o próprio Estado.

Na época apesar dos argumentos reais apresentados, ninguém quis ouvir. Veio a verificar-se passados uns anos que aquela medida fora errada e hoje Aveiro tem um Tribunal Administrativo e Fiscal.

Relembrei este triste episódio, porque receio que a Direção de Finanças também nos seja retirada de acordo com o Decreto-lei que entrará em vigor já em janeiro.

O ainda distrito de Aveiro apresenta um volume de negócios superior a Coimbra e a Viseu.

*Vamos permitir que Aveiro seja de novo lesada?
Creio que esta Assembleia tem a obrigação e o dever de se manifestar sobre este assunto.
Creio que a Câmara também tem a mesma obrigação e dever de se manifestar.
Não estamos em altura de permitirmos que o nosso distrito seja desapropriado dum serviço que a todos interessa. Até porque o nosso distrito contribui em percentagem muito relevante para o fisco, superior também a Coimbra e a Viseu.
E é este o momento de nos manifestarmos, antecipando-nos a qualquer veleidade em nome de qualquer critério economicista ou político, que possibilite a extinção da Direção de Finanças em Aveiro. Tenho dito.”*

Presidente da Mesa⁰²⁹

Vogal Marques Pereira (PS)⁰³⁰

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)⁰³²

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰³³

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁴

“Obrigado. Senhor Presidente, excelentíssima Mesa e caros colegas desta Assembleia. O Primeiro-ministro aconselhou recentemente os professores desempregados a imigrar! Que um Primeiro-ministro, mesmo este, o pense, já é mau — mas não me admira. Mas que o diga é muito grave! Senhor Presidente, caros colegas hoje a retórica da austeridade fala a sério. O Governo quer e vai conseguir expulsar os que considera a mais improdutivos, os desempregados, os reformados, os doentes e de uma forma geral todos os grupos sociais que não têm voz vão ser trucidados pela dita crise.

E todos os portugueses têm de dar uma resposta firme. E perante a insensatez das ideias e das palavras do nosso Primeiro-ministro no mínimo aconselhá-lo, a que siga o seu conselho, que tão enfaticamente deu aos seus concidadãos em dificuldade! Imigre! Imigre mas é você Senhor Primeiro-ministro.

Olhe, e leve consigo os seus Ministros. O que andava de lambreta antes de comprar com o dinheiro público aquele tão confortável Audi de luxo. Aqueles que fala devagarinho e que todos os dias quando impõe mais impostos vai dizendo que não são necessárias mais medidas de austeridade. E aconselho o Álvaro a regressar ao Canadá donde nunca deveria ter saído — e já agora leve o resto do pessoal. Leve-os para um sítio qualquer! Olhe leve-os para Cabo Verde onde certamente o Dias Loureiro gostará de os receber.

Senhor Presidente, caros colegas, estamos no Natal e não gostaria de azedar as filhós e por isso por aqui fico. Desejando a todos os melhores votos da estação e que tenham um Bom Natal e que consigam sobreviver às medidas em 2012.

E tenham fé, pois se o menino Jesus atender o meu pedido e o de muitos portugueses de boa-fé, este Governo vai rapidamente imigrar.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Bom, talvez começasse aqui por lembrar a morte do ditador Coreano Kim Jong-il e de mostrar aquelas imagens que todos nós vimos da população a chorar.

E para mim, eu vi aquelas imagens como uma sentida comoção. Aliás como acontece quando qualquer ditador morre — o que quer dizer que muitas vezes as populações veem de uma maneira desvirtuada aquilo que é a realidade, que deve ser vista de uma maneira mais distante, porque muitas vezes estão envolvidas demasiado com a própria realidade.

E às vezes parece-me que o Bloco de Esquerda continua ainda a viver tal como vivem os Norte Coreanos e por isso não se apercebe que a realidade não é aquela que preconiza e é uma realidade bem diferente.

Muitas vezes também me parece que o próprio Partido Socialista carece desta visão da realidade. Mas aqui já não sei realmente se é só de um problema de falta de visão ou se é alguma coisa que é um bocadinho mais grave “porque quem não sabe é como quem não vê” e eu até admito.

No caso do Partido Socialista, quando se tem visto que líderes de diferentes níveis têm vindo proferir afirmações incendiárias por gente de responsabilidade é mau para o país. É mau para todos nós. O antigo Primeiro-ministro não pode de maneira nenhuma vir anunciar, ainda por cima nem sequer estando em Portugal, de que a dívida que ele ajudou a construir não é para pagar. De maneira nenhuma nós podemos dizer isso.

O Presidente da Federação da Distrital de Aveiro do Partido Socialista, não pode também exatamente vir com o mesmo discurso, dizendo que a dívida não é para pagar. Por outro lado também não fica bem, de que depois, por interesse próprio, ainda hoje assistimos a uma entrevista no Diário de Aveiro em que as únicas palavras de que alguém que foi nomeada pelo Partido Socialista para gerir a Segurança Social em Aveiro, as únicas palavras que realmente são transcritas no Jornal é que «não se esqueçam de que há um contrato que foi feito comigo e por isso há sessenta mil euros que me têm que pagar».

Ou seja, parece-me que há aqui dois discursos diferentes. Um em causa própria e o outro quando a dívida é de todos. Eu estou convencido que estas notícias dos jornais muitas vezes são mal interpretadas e de certeza que foi dito muito mais do que isto e houve muitos aspetos que realmente aqui não foram referidos em relação a uma postura de serviço de alguém que presta um serviço à comunidade e que teve e vai continuar a ter. Mas que sendo um cargo político de certeza que as pessoas entendem que quando muda a política do Governo, eventualmente haverá necessidade de se poder alterar a sua postura.

E por isso, só para dizer que, era muito importante que nós nos pudéssemos ter um discurso coerente. Um discurso em que nós defendêssemos na realidade aqueles que devemos defender aqueles que são os mais desprotegidos, aqueles que têm uma necessidade verdadeira de emprego. Porque só assim é que estamos a fazer com que o nosso país seja realmente grande e possa ser um país de sucesso.

E isto tem que obrigatoriamente nos obrigar a pagar as dívidas, que é isso que nós estamos a fazer a nível nacional, mas também é isso que nós estamos a fazer a nível local. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰³⁶

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰³⁷

Vogal Rui Maio (BE)⁰³⁸

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰³⁹

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁴⁰

“Eu queria só começar por dizer que a minha pergunta era uma pergunta retórica porque ambos sabemos que a resposta era nunca. E também gostava de saber se alguma vez o PSD condenou o regime de Kim Jong-il? Não sei, se calhar sou eu que ando distraído.

Agora no que diz respeito ao Bloco de Esquerda quer-me parecer que quem está a confundir valores propositadamente. É, porque a uma coisa chamou-lhe república e chamou-lhe ditadura e chamou-lhe salvo seja outra coisa qualquer. Agora para mim enquanto militante do Bloco de Esquerda (e creio para os outros militantes é igual e já tive oportunidade de discutir isso com vários) uma democracia é uma democracia, uma ditadura é uma ditadura. E portanto, a partir do momento em que temos uma ditadura, seja ela comunista, fascista, nazi,

seja ela o que for, é uma ditadura e deixa de ser uma democracia. E o Bloco de Esquerda defende em primeiro lugar e acima de tudo a Democracia.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴¹

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁴²

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁴³

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi⁰⁴⁴ distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Usou da palavra o presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁵

De seguida usaram da palavra os seguintes vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)⁰⁴⁷

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁴⁸

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁹

“Boa noite. Temos responsabilidades, e nestas responsabilidades, por diversas vezes, temos referenciado aqui nesta Assembleia e noutras encontros a falta de policiamento na cidade. E a falta de policiamento traduz-se na falta de segurança para as pessoas. Não concordamos que quando fazemos estas perguntas nos respondem sempre com estatísticas.

Nesta e noutras quadras vimos policiamento em quantidade, em Aveiro! Por que não acontece esta imagem de policiamento durante o ano?

A semana passada às treze e trinta, em pleno centro da cidade, com toda a calma, quatro encapuzados assaltaram uma ourivesaria e levaram o valor de meio milhão de euros — devemos-nos preocupar com estas situações.

A Troika e o Governo exigem que haja menos iluminação pública para poupar energia. O que vamos fazer quando a cidade tiver às escuras?

Atentos às realidades e necessidades que nos rodeiam, temos feito algumas sugestões e propostas à Câmara Municipal de Aveiro. Para nosso espanto, e com alguma satisfação, vimos a Câmara aproveitar, e muito bem, as nossas ideias. Só não achamos correto é que nesta situações a Câmara não responda às nossas sugestões.

Vem a propósito o Parque de S. João. Temos feito diversas propostas. Em dois mil e dez apresentámos uma sugestão a propor a construção de um parque para autocaravanas. Dissemos até que estaríamos disponíveis para concretizar a obra. Hoje temos conhecimento que a Câmara está a projetar, e muito bem, um parque naquela zona para as caravanas. Merecíamos ter uma atitude de consideração.

Ultimamente fizemos nova proposta para que a MoveAveiro suspendesse a fiscalização de estacionamento das doze às catorze e trinta numa atitude de apoio económico à restauração e

ao mesmo tempo até beneficiava com a eliminação de um turno de fiscais. Ainda não tivemos resposta a isto.

Avenida das Agrad. Uma grande avenida em construção. Porquê não aproveitar-se a obra para se colocar o saneamento básico na zona. É que quando acontecer vai ter de se fazer novamente a obra nova. Para terminar, para quando o Regulamento de ocupação dos canais?”

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[050](#)

“Boa noite. Alguns assuntos relacionados com o Município de Aveiro. Gostava que o Senhor Presidente da Câmara me informasse sobre a questão relacionada com a Luzostela, como é? Como está atualmente a situação? Em particular também a zona envolvente que julgo que é importante para os munícipes, já que julgo que essa zona é problemática em algumas situações.

Mais uma situação que tem a ver com questões de ordenamento de trânsito e em particular o estacionamento na rua Castro Matoso. A rua que liga o Jardim às “5 Bicas”. É incrível o desordenamento de trânsito que existe ali a incivilidade que existe no estacionamento. É preciso que a Polícia Municipal tenha atenção a isto e fazer o que lhe é devido. Acho que as pessoas sabem que não devem estacionar e continuam a fazê-lo.

Mas há outra situação que eu acho que é importante e é relevante que é na zona junto à Estação: o estacionamento dos Senhores Taxistas.

Provavelmente ali haverá poucos lugares. Uma das soluções seria, de facto, passar a praça de táxis para o outro lado da estação. Mas ali acho que é impossível tê-la e causa incómodos imensuráveis para as pessoas.

Paralelamente a isso acumula-se estacionamento de autocarros, não só os públicos como também privados, e são situações prementes a que se junta a passadeira permanentemente a funcionar porque as pessoas necessitam de passar para virem da Avenida para a Estação. Há alturas em que se formam filas de veículos. Há necessidade de se rever rapidamente aquela situação.

Pediram-me para falar sobre duas questões e eu vou abordá-las. Tem a ver com o túnel da Estação. Disseram-me, não sei se é verdade ou mentira, não tive oportunidade de o confirmar, que a luz está ao “contrário”. Durante o dia está ligada e durante a noite estava desligada. Não sei se é verdade ou se não mas o facto é que me referiram essa situação.

Finalmente, gostaria de ser informado relativamente à posição tomada pela Câmara em alternativa ao canil municipal? Gostaria que me dessem algumas explicações sobre esse assunto. Obrigado.”

Vogal Romana Fragateiro (PS)[051](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[052](#)

“Sr. Presidente, caros colegas. Várias reflexões acerca da Comunicação do Presidente.

Primeiro delas, Teatro Aveirense. Aquilo que está expresso na comunicação do Presidente é um conjunto de números e eventos que decorreram no Teatro Aveirense, durante este tempo. Mas as dúvidas adensam-se sobre o futuro do Teatro Aveirense. Não se vislumbra qualquer tipo de estratégia, nem sequer é abordada uma concertação, que do nosso ponto de vista seria necessária, com o outro espaço público de oferta cultural da Câmara Municipal que é o Centro Cultural e de Congressos.

Por outro lado, invoca-se, também, uma rede de teatros em que o Teatro Aveirense participa, mas nenhum deles é do distrito, nem da região. E, portanto, a crítica e as sugestões do PS em relação a esta matéria mantêm-se atuais. Não era, com certeza, com uma nova entrada de

mais funcionários que a estratégia do Teatro Aveirense será delineada. Ela terá que ser delineada pelo poder político, ou seja, pela própria Câmara Municipal de Aveiro e pelo seu Conselho de Administração que é ocupado pela Sra. Vereadora com o pelouro. Portanto, é urgente que o Município assuma que o Teatro Aveirense é um espaço de excelência de oferta cultural da cidade e da região, e, como tal, deve-se pugnar e procurar introduzir uma lógica de oferta cultural regional em que o Teatro Aveirense, juntamente com outras infraestruturas culturais da região de Aveiro, possa servir um número maior de municípios, não só de Aveiro como de outras regiões, por forma a ganharmos economia de escala e para que mais gente tenha mais cultura de qualidade, e não haja, como tem havido até agora, uma lógica concorrencial de espaços que não faz qualquer sentido.

A Câmara Municipal de Aveiro está atrasada há já alguns anos, em relação a esta matéria. É urgente que o Sr. Presidente assuma o Teatro Aveirense como estratégia de desenvolvimento da cidade porque a oferta cultural é uma área de desenvolvimento do Município e da cidade, de afirmação da sua capitalidade, e isso tem sido descuidado.

Por outro lado, uma outra preocupação, que tem sido recorrente, tem a ver com a MoveAveiro. E mais uma vez, as indicações que vêm na comunicação de V. Exa. são incipientes e incompletas. Fala-se que foi adquirido um novo autocarro. Gostava de saber se ele é, de facto, mesmo novo ou se é usado. Essa informação nem sequer foi dada em reunião de Câmara, o que é absolutamente lamentável. Mas também é lamentável que ainda hoje não se saiba qual é exatamente a estratégia que se pretende para a MoveAveiro, nem como V. Exas pretendem pagar e fazer rentabilizar um novo ferryboat que, pelos vistos, está para visto do Tribunal de Contas. É urgente saber-se qual é o futuro que está reservado para a MoveAveiro, uma vez que, ao contrário do que V. Exa. afirma na sua comunicação, a oferta da MoveAveiro não tem vindo a qualificar-se. Pelo contrário, tem vindo a degradar-se com sucessivas queixas dos municípios e dos seus utilizadores, o que não pode ser do desconhecimento do Sr. Presidente de Câmara e que deveria preocupá-lo a cada momento, mas tal não parece suceder.

Uma outra nota tem a ver com as questões de planeamento. É referido um conjunto de infirmações, entra as quais a revisão do Plano Diretor Municipal, sendo que foram introduzidas um conjunto de alterações a uma versão preliminar do plano que está no segredo dos deuses. E, portanto, a primeira solicitação que gostaria que ficasse introduzida na ata era que pudesse ser distribuída a cada um dos grupos parlamentares a versão preliminar do próprio Plano Diretor Municipal para que, em tempo útil e num espírito de participação e democraticidade, todos pudessemos dar contributos mais assertivos à revisão do PDM.

Por outro lado, também é dito que se criou, no âmbito do POPH – Plano Operacional do Potencial Humano, um programa designado de RAMPA mas apenas é referenciado, pasme-se, a existência desse Programa RAMPA, mas não se diz em que medida é que a Câmara o irá utilizar, sendo ele para promover as acessibilidades físicas e arquitetónicas do espaço público. Aliás, matéria em que a Câmara de Aveiro tem especiais responsabilidades porque foi pioneira, a nível nacional, na mobilidade sustentável no espaço urbano. Portanto, gostaríamos que isso fosse densificado e não apenas informação da sua existência.

Por outro lado, há também uma outra questão que me suscita alguma curiosidade que é a elaboração de uma proposta de delimitação de uma área de reabilitação urbana, porque isso entronca com vários instrumentos de gestão territorial, a sua revisão ou a sua alteração. Nomeadamente com o PDM ou nomeadamente com os trabalhos que estão a ser desenvolvidos para a requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Nós gostaríamos de perceber como é que se cozem todos estes elementos, uma vez que as informações que são dadas são insuficientes para fazer essa análise.

Por outro lado, fala-se também da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, mas é uma repetição do que já foi dito. Fala-se da Avenida Dr. Lourenço Peixinho nos mesmos termos em que se falou nas comunicações anteriores porque não há nada de nova para dizer.

Aliás, diz-se que foram implementadas diversas iniciativas de participação pública. Eu devo dizer que estou particularmente atento a estas matérias, à exceção de uma que vem aqui, com um dos promotores, o Prof. Jorge Carvalho, aliás pessoa de grande nível que está à frente destes trabalhos, mas iniciativas de participação pública, peço desculpa, mas eu não as conheço.

E mais. O Prof. Jorge Carvalho veio a esta Assembleia um ano depois de se ter feito aqui um debate, precisamente sobre a Avenida, e durante esse ano nada aconteceu. Portanto, eu espero que algo aconteça e que as pessoas sejam, efetivamente, chamadas a participar.

Outra questão tem a ver com o estacionamento. O estacionamento é uma preocupação que o Partido Socialista tem já há algum tempo, há alguns anos, nomeadamente na malha urbana da cidade, onde ela é mais apertada. Mas há um caso que é particularmente grave e notório, que põe a segurança das pessoas. Quero fazer uma declaração de intenção porque isso aproveita-me a mim próprio porque eu e a minha família são transeuntes, muitas vezes por dia, nessa rua, nomeadamente ao fim de semana. Na circunstância tive a sorte de um dos meus filhos não ter sido atropelado no passeio. E tem a ver com a rua onde está localizado o Hotel Imperial.

O que se passa nessa artéria, peço desculpa mas não consigo qualificar de outra forma, é uma vergonha! É uma vergonha porque é o estacionamento à superfície indevido feito com a complacência da Câmara de Aveiro, que já deveria há alguns anos ter colocado uns pilaretes para evitar o afrontamento daquela zona. Agora, as coisas têm-se agudizado porque os carros circulam, a qualquer hora do dia, naquela artéria. E nas artérias limites da Rua Direita, fazendo inclusivamente inversão de marcha na Praça Marquês de Pombal, pasme-se. Os relatos disto são diários. E apelava aqui ao Sr. Fernando Marques, Presidente da Junta da Freguesia da Glória e proprietário de um comércio naquela zona, que seguramente irá corroborar estas minhas palavras, é urgente que a Câmara resolva este problema. E a minha sugestão é esta: a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia da Glória se reúnam, façam uma mobilização de todos os comerciantes, por forma a poderem ser encontrados os melhores horários para que todos possam reabastecer os seus comércios, mas que, de uma vez por todas, seja vedado o trânsito naquela zona. É evidente que ao Hotel Imperial lhe fosse cedido, se tiver a necessidade, mais estacionamento à superfície, na via pública, na rua Príncipe Perfeito, mas que seja, de uma vez por todas, cortada aquela zona ao trânsito e não fosse permitido o estacionamento porque um dia destes acontece alguma desgraça.

Por último, telegraficamente. O Orçamento Participativo que está aqui plasmado, V. Exas. desculpar-me-ão, mas é, até agora, uma fraude.

O Sr. Presidente da Câmara disse, aqui, que o Orçamento Participativo seria para implementar a dez anos. Depois o Sr. Presidente disse que não era para implementar a dez anos e arranjou uma equipa técnica. Depois disse que era para implementar em dois mil e onze. Aprovou um regulamento e vem aqui escrito que é para dois mil e doze. Para quando, Sr. Presidente? Para quando é que vem a história do Orçamento Participativo?

E para concluir deixe-me dizer-lhe uma coisa. V. Exa. dá um péssimo exemplo de participação. Evoca, V. Exa., para afirmação do Orçamento Participativo em Aveiro, a participação que ouve no Parque da Sustentabilidade. Oh Sr. Presidente! Com todos os problemas que existem no Alboi e que existiram, com todos os problemas que V. Exa. tem e com várias vozes de vários partidos, de várias organizações da sociedade civil a insurgirem-se contra as pontes e todas as opções urbanísticas, V. Exa. ali tem, o Sr. tem o dislate de dizer que o Parque da Sustentabilidade é um bom exemplo de participação?! Sr. Presidente isso é a negação da participação. É a negação da participação.

Espero e pugnarei para que o Orçamento Participativo não siga o mesmo exemplo do Parque da Sustentabilidade. Disse”.

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)⁰⁵³

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁵⁴

Vogal Ana Maria Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁵

“No que diz respeito à Comunicação Escrita do Sr. Presidente parece-me ser interessante fazer aqui alguns reparos.

Primeiro, o nosso camarada Barbosa, que pelos vistos já não se encontra aqui, deu a conhecer o motivo por que é que se encontram tantas ou algumas ruas da nossa cidade às escuras. E falo, nomeadamente, em ruas da “beira-mar”. As ruas da “beira-mar” encontram-se às escuras, por exemplo, a partir das cinco ou das seis da manhã, que eu desse conta. Mas totalmente às escuras, sem sequer haver uma lâmpada acesa. E não foi só uma rua, foram várias ruas. O que me parece preocupante na medida em que as pessoas que tenham que sair, àquela hora, de casa não se sentem nada confortáveis dada a situação que atravessamos de insegurança.

De acordo com o que disse o Barbosa estamos numa fase de economia no que diz respeito à iluminação, o que me parece ser um facto que será prejudicial para os municípios.

Estou também de acordo com o que disse o Sr. Deputado Valente. De facto o túnel da Estação está com as luzes acesas durante o dia e durante a noite estão apagadas, o que também proporciona que ali se possam alojar pessoas para os mais variados e diversos motivos. E, se calhar, não serão os melhores.

Com todo o respeito e consideração que o Sr. Presidente me merece, o Sr. Presidente manda cortar muitas árvores na cidade de Aveiro e que não são substituídas. Não é o Sr. Presidente, estou a ver que é o Sr. Vereador.

Lamento profundamente. Cortar árvores e não serem substituídas. Há árvores na avenida que também já morreram ou estão em vias de morrer, que estão secas.

E vejo com enorme apreensão o parque da sustentabilidade. Não me vou meter em grandes discussões sobre ele, mas no que diz respeito à Baixa de Sto. António. Cada vez que eu olho para a Baixa de Sto. António, e todos os dias vejo, lamento profundamente o que se está a passar. Desde lamas retiradas do lago e colocadas em cima da relva; a relva destruída; árvores cortadas; vedação; e outras obras. É lamentável. Eu sei que vão fazer ali muitas obras, mas realmente não se preserva rigorosamente nada.

E vamos falar outra vez do Canal de S. Roque. Apesar de eu ter falado tantas vezes nesta Assembleia na falta de iluminação, e na altura não havia a Troika, no entanto, não conseguimos que lá pusessem as lâmpadas necessárias para que as pessoas pudessem circular, com segurança, durante a noite.

Outro problema diz respeito ao mau piso em que se encontram as ruas. E já falei dito muitas vezes. Certamente que a Câmara qualquer dia terá alguns processos de indemnização por causa das avarias nos nossos automóveis. Falo, por exemplo, na saída do estacionamento junto ao ISCA. Aquilo não são buracos, são crateras. É uma coisa vergonhosa! Creio que a Câmara deverá resolver esses assuntos. Não sei onde vai buscar o dinheiro mas é uma necessidade.

Queria também referir a maneira como se apresenta o contencioso. Bem sei que também já falei disto algumas vezes, sou particularmente atenta a esta parte que diz respeito à comunicação, mas estamos no fim do ano. Se não querem durante ou todas as vezes que há Assembleia juntarem aqui todos os processos que estão por determinar, pelo menos no fim penso que terão obrigação de o fazer. Porque nós, neste momento, não podemos saber quantos

são os processos que a Câmara tem e era necessário fazer essa avaliação. Creio que seria muito importante.

Chegaram-me aos ouvidos também algumas queixas no que diz respeito ao Gabinete de Atendimento Integrado. Sei que é uma das coisas que esta Câmara se orgulha por ter certificado os seus serviços. Sim senhora, as pessoas serão bem atendidas mas no que respeita à concretização das solicitações não têm respostas para dar porque não sabem quanto tempo vai demorar a passarem as certidões ou aquilo que é pedido.

Eu estou a dizer isto, entendam isto, como uma crítica positiva para que realmente aquele serviço de que tanto se orgulham se funciona bem passar a funcionar ainda melhor.

E agora gostaria de perguntar. Este projeto “Salt Cities”, ao qual sou bastante sensível, que é uma rede europeia das cidades do sal, creio que o que aqui vem dito é uma pretensão, não sei, ou se é alguma concretização. Gostaria que nos explicassem quais são as cidades que estão metidas nisto; qual é, em concreto, o objetivo desta troca de experiências e com que fim. Está-se a revalorizar a cultura do sal e de que forma é que Aveiro está metida neste grande projeto. E creio que me fico por aqui.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁶

“Uma breve intervenção para dizer o seguinte. Pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda Rui Maio foram referidos dois projetos inseridos no Parque da Sustentabilidade.

Por um sinto-me no dever de responder que é o da Casa da Sustentabilidade. É um projeto que está a ser, desde a primeira hora, conduzido, quase que exclusivamente, pela Junta de Freguesia com o apoio técnico da Câmara Municipal.

Sr. Deputado abriu-se um concurso público. Concorreram seis empreiteiros ou seis empresas, como preferirem, e a obra foi entregue, adjudicada ao que apresentou os valores mais baixos por cerca de setecentos e oitenta mil euros, não tenho agora aqui presente o valor certo. Face a um valor tão baixo nós ficámos alertados para o facto de ser necessário o acompanhamento diário da obra. Eram cerca de quatrocentos mil euros de diferença para o valor mais elevado. Por isso, atempadamente, tivemos o cuidado de procurar dois técnicos, que já os temos garantidos, que vão acompanhar com todo o cuidado, com todo o rigor, a obra para que ela, realmente, não resvale. Se isso tiver que acontecer terá de ser devidamente fundamentado e devidamente justificado. É uma obra que é financiada a oitenta por cento pelos fundos comunitários, o que dá quinhentos e oitenta e tal mil euros, e que temos a certeza de financiamento garantido, mas vamos acompanhar com rigor. Se alguma dúvida ocorrer teremos todo o gosto de esclarecer o Sr. Deputado do porquê e fundamentar porque é que isso aconteceu.

Um outro ponto que quero focar diz respeito ao Sr. Deputado Marques Pereira.

Segure-se bem na cadeira porque vai ouvir algumas surpresas da minha parte.

O problema do estacionamento em frente ao Hotel Imperial é da responsabilidade da PSP e de mais ninguém. Não é o caso da MoveAveiro que apenas atua sobre os parcometros. Mas deixe-me dizer-lhe mais.

Eu, se calhar, não tenho vontade nenhuma de mobilizar quem quer que seja para que os carros saiam dali. Porque nesse aspeto, deixem-me utilizar uma linguagem muito corrente, tenho as costas quentes e todos os meus colegas comerciantes, peço para que deixem ao seus carrinhos ali durante cinco ou dez minutos e enquanto vão às lojas e ao comércio comprar qualquer coisa, porque não há estacionamento para o fazer. Depois não sou denunciante. Não telefono à Polícia por isto ou por aquilo porque não é essa a minha maneira de ser.

E o mais surpreendente é isto. Diz o Senhor que eu deveria procurar uma mobilização geral para que se corrija essas anomalias no estacionamento. Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado, o seguinte: O Senhor vai-se surpreender e se calhar toda a Assembleia se vai surpreender, e o

caso não é para menos. Neste momento eu só não encabeço uma mobilização geral para que os carros voltem a passar naquela zona porque, na altura, eu liderava uma chamada comissão “ad-hoc” para que o encerramento se fizesse, para que aquela zona fosse empedrada. Não deixei de ser avisado. Na altura o Sr. Presidente que era o Dr. Girão disse-me: ‘Fernando você um dia vai-se arrepender por se envolver no encerramento ao trânsito da rua Direita’.

Na altura eu era comerciante e fui alertado para isso, mas eu pensava que era precisamente o contrário. Hoje, se pudesse voltar atrás, não o faria. Digo isto com coragem e com determinação.

Todavia, Sr. Deputado eu, neste momento, seria o segundo a assinar de uma lista, duma petição, de mobilização, digo aqui com coragem e determinação, se houvesse alguém que em primeiro lugar iniciasse essa mobilização.

O comércio tradicional morreu. Aquela zona com a perda do serviço de finanças, dos serviços municipais, ainda há pouco tempo tínhamos lá dois vereadores, hoje não temos lá ninguém nos Paços do Concelho, o Governo Civil encerrou, a repartição de finanças desapareceu, não temos nada — o comércio tradicional morreu! O Sr. repare, de tiver esse cuidado, Sr. Deputado ou qualquer pessoa que lá passe e que inicie a caminhada no princípio da rua de Coimbra e conta aí nove ou dez estabelecimentos encerrados. Vou resistindo eu, mais um ou dois, mas não sabemos até quando. É com coragem que lhe digo isto. É aquilo que eu sinto. É essa luta que eu defenderei, portanto, totalmente contrária àquela que o Sr. está a dizer.

Aquilo que eu defenderia, a título experimental, era se pudessem circular os carros ligeiros, a circular à velocidade legal, penso que isso seria uma hipótese, uma experimentação para reabilitar o comércio. A zona histórica morreu, acabou, esta seria uma tentativa para salvar o comércio tradicional. Fica aqui esta sugestão.

E repito. Só não lidero esse movimento porque tive uma atitude contrária quando a rua foi fechada ao trânsito. Obrigado.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁵⁷

Vogal Ivar Corceiro (BE)⁰⁵⁸

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵⁹

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁰

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa noite a todos, novamente.

Eu como introito da minha intervenção gostava de dizer que a minha experiência de gestão e a minha visão da gestão me diz que qualquer organização, qualquer executivo, para ser eficaz e ter resultados não pode ter vinte objetivos. Deve ter dois ou três e lutar por esses objetivos para os cumprir bem.

Na situação em que o país está, ainda mais. Temos recursos escassos, uma situação de crise. Portanto essa definição de prioridades ainda é mais importante.

Devo dizer que para mim, e para nós, há um aspeto que é prioritário e que a Câmara tem de arrear caminho. É a questão do emprego, ou do desemprego, e do desenvolvimento económico. Acho que é consensual que o desemprego é um flagelo degrada, significativamente, a condição humana e que tem potencial para paralisar o tecido humano. É, por isso, mais uma vez, uma questão fundamental. A este respeito, acho que também é perfeitamente consensual que o desemprego só se combate com mais investimento e com mais investimento privado. Esse investimento pode ser investimento estrangeiro ou pode ser investimento português. Mas só haverá investimento, nesta fase em que o nosso país se encontra, se for investimento condicionado para competir na plataforma global. Às empresas que é das empresas, e elas é que devem ser o motor de inverter este flagelo. Mas o Estado e, nomeadamente, a Autarquia, e, nesta questão, é o que me preocupa neste fórum, embora seja uma questão transversal ao país, numas localidades mais do que noutras, podem ter um papel

nesta matéria. Não será com certeza de criar de empresas, terá alguma dificuldade em criar investimento que gere um aumento significativo de emprego, mas tem um papel de estimular, de animar, de facilitar e de eliminar os já conhecidos fatores externos que impedem esse investimento.

A esse respeito a Câmara Municipal pode fazer várias coisas que aparentemente, lendo esta comunicação do Sr. Presidente e outra passadas, não faz.

Pode, por exemplo, criar um dossier que venda o potencial de Aveiro para investimento privado. Que conste, julgo que nunca o fez. Aveiro tem uma Universidade importante na sua investigação e no capital humano que produz; tem agora um parque de ciência e inovação; pode ter zonas empresariais; pode ser vendida como uma cidade interessante para fixar quadros, se a Câmara fizer alguma coisa pela cidade; pode transpor isto para o nível regional; pode citar casos de sucesso que existem no país. Pode, mas não faz.

A Câmara Municipal e o Sr. Presidente podem criar espaço para falarem com os Srs. empresários para os conhecer, para saber as dificuldades que têm para investir, quais é que são os fatores externos que podem permitir que invistam mais. Pode, depois de fazer isto, ou se fizesse isto, criar uma figura de referência ou alguma forma que facilite a instalação de investimento produtivo, em Aveiro. Pode cuidar do licenciamento do espaço e localização, da relação com os serviços em que participa, do saneamento, das águas, da recolha de resíduos, dos transportes públicos, pode qualificar as zonas empresariais, pode pagar a tempo aos fornecedores. Tudo isto são fatores externos que permitem que mais investimento venha para Aveiro.

Pode, na área dos serviços e do comércio, que aqui já foi citado, dar uma ajuda. No próximo ano é evidente que os cidadãos portugueses, pela situação em que se encontram, terão muita dificuldade em contribuir com o seu consumo para a sobrevivência do comércio. Mas Aveiro tem potencialidades e tem capacidade de atrair cidadãos de outras localidades com mais capacidade de consumo. Pode trabalhar o turismo e pode o comércio do município servir para minimizar esses danos. E para termos mais e melhor turismo. A Câmara Municipal pode cuidar muito melhor do espaço público, dos seus jardins, dos seus passeios, das suas estradas, pode esticar o circuito por onde passam os nossos visitantes. E esta situação entronca um pouco no que foi referido pelo Sr. Presidente da Junta da Glória. É evidente que a zona pedonal que vai até à Praça Marquês de Pombal tem dificuldades de sobreviver, em termos de comércio, porque deixou de fazer parte do circuito dos nossos visitantes. E a Câmara Municipal não faz nada para ultrapassar isso, ou faz muito pouco. O circuito dos nossos visitantes, hoje em dia, resume-se ao Rossio e ao Fórum. Não pode ser, Sr. Presidente. Pelo menos no perímetro urbano da Avenida, do Mercado Municipal, da Praça Marquês de Pombal e um pouco mais acima, tem de se criar estímulos. E não é com certeza localizando todos os eventos mais relevantes no Rossio que resolve esse problema do comércio. Pode qualificar também a animação no espaço público. Permita-me que discorde, mas carros de choque no Rossio não qualificam a animação do espaço público. Pode ter uma oferta cultural, uma coordenação das várias ofertas culturais do Concelho para que os nossos turistas fiquem mais que um dia na cidade de Aveiro, para que tenham espaços de entretenimento cultural que lhes permita passar mais tempo em Aveiro. Que não passam. Com isso usufruem também os nossos comerciantes e usufrui, com certeza, Aveiro.

Pode promover a cidade de Aveiro como espaço turístico junto de organizações que trazem muitos visitantes estrangeiros, por ano. A Universidade de Aveiro é um exemplo, empresas, etc. Eu já falei várias vezes sobre esta questão.

Pode, com isto, tudo promover Aveiro junto de instituições que estão em contacto com investidores estrangeiros ou não, como a Agência de Investimento, etc.

Pela boca morre o peixe, como se costuma dizer, em vez de estar preocupado em vender propriedade sobre projetos de investimento para os quais a sua participação contou pouco,

pode agora, que infelizmente houve este problema com Cacia, em tentar perceber para que é que aquele pavilhão que lá está construído pode servir ou ser utilizado para outra forma de investimento para Aveiro. Pode, no momento em que a Portucel anuncia que vai cortar investimentos porque não tem matéria-prima, relacionar-se com os seus concelhos vizinhos produtores de matéria-prima e tentar perceber como é que, em conjunto podemos criar matéria-prima para que haja mais investimento naquela área de Aveiro. Pode fazer um sem número de coisas que não faz.

O país precisa de investimento como do pão para a boca e a Câmara Municipal de Aveiro tem o dever, perante os seus cidadãos, de dar o seu contributo. Infelizmente, faz muito pouco. A questão do empreendedorismo, que foi aqui citada, eu louvo essa iniciativa, ao contrário do que ouvi. Mas é evidente que treinar empreendedores no primeiro ciclo, ou educar crianças do primeiro ciclo para serem empreendedoras, terá uma repercussão a muito longo prazo.

E como ainda tenho um minuto nesta intervenção, queria voltar à questão da educação.

O Partido Socialista, como sabem, é conhecido, é público, tem esta questão como central e prioritária. E vai desenvolvendo várias iniciativas para a colocar na centralidade das preocupações do Município. Uma das coisas que tem feito recentemente é visitar os agrupamentos do concelho de Aveiro. E é com enorme preocupação e com enorme tristeza que nós vemos o desleixo em que, efetivamente, foi votada esta matéria da educação. Não estamos já a falar das questões do investimento da rede escolar que são importantíssimas e nas oportunidades que se perderam e que voltamos a reafirmar. Mas a Câmara Municipal de Aveiro não cumpre, neste momento, os seus deveres básicos relativamente a esta matéria. A Câmara Municipal de Aveiro, neste momento, para que os Srs. Deputados saibam falta sistematicamente aos Conselhos Gerais das escolas secundárias e dos agrupamentos. Se os estatutos desses conselhos gerais fossem aplicados, a Câmara Municipal teria perdido o seu assento nesses conselhos gerais. Isto é absolutamente inadmissível. É não cumprir os seus deveres básicos para com os seus cidadãos.

Soubemos também que a Câmara Municipal não tem nenhum procedimento de preparação do ano letivo, que não se senta com os seus agrupamentos para preparar o ano letivo. E, portanto, não é de espantar que apareçam situações gravíssimas como as que ouvimos hoje relativamente aos funcionários e que também denunciámos e com os quais nos solidarizamos. A Câmara tem funcionários, tem um vereador responsável, tem pessoas que são responsáveis pelo que está a acontecer no município. Tem de corrigir isto imediatamente. Pelo menos os deveres básicos do Município tem de os cumprir, de estar presente nas escolas, de falar com elas, de as ouvir. Isto é uma competência central da autarquia. Disse.”

Nos termos regimentais, o Presidente da Mesa colocou à votação do plenário a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando nenhuma oposição.

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)⁰⁶¹

Vogal Celina França (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶³

“Boa noite a todos. Olhando para a Comunicação do Senhor Presidente, detive-me com um olhar mais atento para o capítulo da Ação Social. E o que pude constatar é que é referido logo a encimar este Ponto a questão do Plano de Realojamento de 14 famílias. E mais adiante fala-se em 6 famílias. Eu gostaria que o executivo esclarecesse a esta Assembleia, afinal de que número de famílias é que estamos a falar acerca do alojamento. E ainda relacionado com a questão do realojamento e portanto remetendo-nos para a questão da habitação, que é um direito que qualquer cidadão tem a uma habitação condigna, eu gostaria de perguntar ao executivo porque isto é completamente omissa neste registo de atividades deste trimestre, o que é que estão a pensar fazer, para realojar os cerca de 60 a 80 indivíduos sem-abrigo, que

permanecem na nossa, sobretudo na zona urbana do nosso município. Acho que isto é uma questão muito importante, que merece ser refletida. Apesar de algum trabalho que está a ser desenvolvido por algumas IPSS's, nomeadamente através do programa do Instituto de Droga e Toxicoddependência, está a financiar. Há muito tempo que está sinalizada esta problemática e há longos meses que nada é feito e nada é dito neste relatório, portanto para além de algumas atividades pontuais que vêm aqui referidas, como a semana do combate à pobreza, a comemoração do dia da criança e outras iniciativas pontuais, mas não se vislumbra nesta Comunicação qualquer intervenção delineada, de uma maneira estruturada e continuada, que permita enfrentar o problema da habitação e o problema da exclusão social, sobretudo numa época que se avizinha de agravamento da situação da crise e que portanto nos merece uma particular atenção.

E ainda sobre esta questão dos sem-abrigo. Eu gostaria de também perguntar o que é que a Câmara está a pensar fazer? Se já fez alguma coisa com aqueles dois prédios que foram abandonados, um numa fase mais avançada de construção, a outra menos, numa fase mais atrasada que estão ali na zona do canal de São Roque, no final do canal de São Roque.

Aliás, onde o ano passado houve um triste incidente, de uma pessoa que faleceu lá naquelas caves. Os prédios continuam completamente devassados, completamente abertos a qualquer pessoa poder entrar, pernoitar ali e podendo correr o risco de um dia destes podermos ser confrontados com uma nova realidade e acho que a Câmara ficaria muito mal colocada, na medida em que já houve um incidente o ano passado e o problema está exatamente na mesma. Ainda falando nos sem-abrigo, porque isto é uma questão que eu estou a trazer aqui à Assembleia, mas que tem sido falada em diversos fóruns! É o antigo quartel da GNR, ali junto à polícia judiciária, continua também a ser utilizado por pessoas sem-abrigo, de facto sem nenhuma condições e correndo o risco de um dia destes poder haver ali também um incidente grave. Há outros pequenos locais, onde também há pessoas a pernoitar, porque de facto não têm onde estar, não têm casa ou estão em casas abandonadas, e portanto acho que é altura do município encarar de frente este problema e tentar encontrar uma solução, em parceria com as outras instituições e candidatarem-se, há aí diversos programas, há o POPH, outras respostas e portanto é acho que já vai demasiado tempo para este problema poder ser enfrentado com princípio, meio e fim, para que de facto estas situações não se venham a agravar, porque o fenómeno se em determinada altura esteve mais ou menos controlado, nos últimos tempos verifica-se que há um aumento dos sem-abrigo nesta zona. E era esta questão também que eu gostaria de saber, que a Câmara informasse esta Assembleia, o que é que tem delineado? Se tem delineado algum plano de emergência, para enfrentar os problemas que certamente se estão a agravar com as nossas famílias do concelho de Aveiro no fenómeno do aumento de desemprego, empresas constantemente a fechar e Aveiro também não é exceção a esta questão e portanto, certamente que vamos ter aí um agravamento do fenómeno da pobreza e famílias a viver em risco e merecem de facto um olhar atento e detalhado deste executivo. E ficava-me por aqui.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[064](#)

“Bem gostava de começar por congratular de forma contida no entanto mas também séria a Câmara Municipal de Aveiro. Isto porque parece que apesar de tardiamente, está agora a seguir a ideia da proposta de Orçamento Participativo que o BE apresentou nesta Assembleia Municipal e que chumbada pela bancada do PSD. Lembro-me até (e está em ata) que a maior parte desses deputados ou pelo menos bastantes deputados do PSD, nem sequer tinha conhecimento que o Orçamento Participativo estava proposto no próprio programa do PSD, o que me leva a supor que há aí deputados que se candidatam, sem saber muito bem porquê, nem para quê! Mas e porque estava também no programa eleitoral do BE, congratulo o

executivo por agora seguir esse programa e não o voto da bancada do PSD, onde até chegou a vir no Orçamento Participativo seria deixar alguns cidadãos a meter o bedelho onde não eram chamados. E congratulo-me precisamente por isso, porque parece que a opinião do executivo é que os cidadãos não metem o bedelho mas participam da vida política no município e ainda bem. O problema aqui e não é um pormenor nesta questão é ser difícil acreditar nas reais intenções do executivo. Mas eu quero acreditar! Porque quem vê o comunicado, não vê muito mais que alguma conversa redonda (passo a expressão). E por exemplo, quando se diz que se teve em conta as propostas dos técnicos municipais, dos Senhores Presidentes das Juntas, de Freguesias do Concelho de Aveiro, acho muito bem que se tenha tido, mas não tinha ficado nada mal trazer a este Órgão político, que na minha opinião foi de forma muito pouco participada, esquecido. Além disso, não se percebe porque é que, como já foi referido até aqui a implementação do Orçamento Participativo muda de data cada vez que se fala no assunto. Quase que me leva a crer que não se fala muito mais. Quero sublinhar ainda o contra senso que é envolver mais os cidadãos na discussão política através do Orçamento Participativo, mas ao mesmo tempo, de novo rejeitaram uma proposta apenas porque ela vem de outro partido, foi isso que aconteceu! E do Orçamento Participativo, estamos falados e vou falar apenas de mais um Ponto, Bairro de Santiago. Repito o que já disse aqui, foi no dia 23 de fevereiro deste ano, em resposta a uma denúncia do BE, sobre o estado da canalização dos edifícios do Bairro de Santiago, que a Vereadora Maria da Luz, disse que estava aberto um concurso público no valor de 150 mil euros para substituir a mesma e resolver o problema. Estamos em dezembro e não foi. Parece-me que todos os Deputados aqui presentes percebem que esta é uma questão com caráter de urgência, substituir a canalização e melhorar a qualidade da água num Bairro muito populoso da cidade. E o que está a acontecer portanto é grave. Nesta Assembleia, o executivo admitiu até ter conhecimento do mau estado dessa canalização e ainda bem, mas até hoje nada se fez. E estamos a falar de um executivo, digamos que é um grande especialista em carateres de urgência, pelo menos se for para transformar terrenos agrícolas em área de construção, como foi o caso do terreno onde vai agora surgir o multiuso perto do estádio municipal. Digamos que para altos investimentos há urgência, há caráter de urgência, para resolver problemas dos habitantes do bairro de Santiago, estamos há quase um ano à espera. E pronto, como já foi aqui referido, parece que apesar da crise, há dinheiro para alimentar dança de cadeiras de aparelhos partidários e há sessenta mil euros para indemnizar (eu sei que não foi a Câmara, mas é o Governo do mesmo partido, colocando os seus boys nos cargos públicos mais bem pagos deste país, mas não há 150 mil para mudar a canalização de um bairro. Tenho dito.”

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Tenho aqui umas pequenas sugestões. Em relação à Comunicação do Senhor Presidente, como é natural e como eu costumo muitas vezes afirmar, é um documento que fala sobre o passado, sobre o que foi executado e, portanto, ai nada ou pouco podemos acrescentar. É o que está, é o que foi feito, mal ou bem está feito, umas coisas positivas, outras pela negativa, é realmente aquilo que temos.

Eu queria mais falar é realmente sobre a nossa cidade, alguns pontos realmente que são necessários mais uma vez referir e realmente tentar que a Câmara preste atenção a determinadas situações.

Quero comunicar por exemplo em relação ao Rossio. O Rossio precisa realmente de uma remodelação porque está com um aspeto degradado, abandonado, e que penso que com pouco de investimento se consegue fazer uma boa praça da cidade de Aveiro.

As camionetas que param agora e vá lá desta vez estão-se a começar a habituar a ir para o Parque da ponte de São João, que muito corretamente e acho que estão muito bem, mas

impede que realmente as pessoas façam os piquenique em cima dos muros do Rossio, em cima dos canteiros no Rossio, porque não têm lá ao menos uma infraestrutura, umas mesas, umas condições pequeníssimas que com pouco investimento podia realmente pôr aquela zona muito mais agradável, muito mais aceitável, inclusivamente o próprio lago que lá está, a fonte que lá está, mas isso é um apanágio da cidade de Aveiro, é que as fontes não têm água. Temos água nos canais porque é água natural, agora não há uma única fonte com água em Aveiro, eu já referi isso várias vezes aqui nesta Assembleia e continuo a referir e hei-de referir até ao fim desde que cá esteja.

Portanto eu penso que no Rossio há situações fácil de resolver e portanto acho que deviam ser feitas.

Outra coisa que eu queria definir é a ligação da Baixa de Santo António. Será uma questão que eu hei-de levantar também na altura do Orçamento, em relação ao PDM, mas de qualquer maneira gostaria de falar que há ali vários níveis, inclusivamente a Alameda do Parque Dom Pedro, está precisamente talvez a um metro e vinte ou metro e oitenta, dois metros abaixo da estrada. Fazendo ali uma ligação com uma passagem inferior pedonal, cuja blocos ou estruturas metálicas, ou em betão armado tipo caixa, como se fez ali a passagem ao pé das pontes, aí poder-se-ia tentar utilizar e ficava uma coisa engraçada, decorada como já disse, não com água a correr u com água a correr ou com cerâmicas da cidade, quer dizer podia-se realmente evitar ali um milhão de euros que se vai gastar numa ponte, à altura das copas das árvores, eu tenho dúvidas que alguém lá passe, mas isso é uma questão que a gente há-de discutir até à ponte nascer. Era uma situação simples de fazer. É uma situação que certeza ficará bem mais barata do que a ponte que está projetada e muito mais movimentada, porque a essa todos as pessoas a usam e uma ponte com 8 metros de altura, não sei se todas as pessoas a utilizarão.

Outra situação que queria aqui explicar, era que realmente continuamos com a variante que precisava realmente de um arranjo, toda a variante da N109, continua a não ser devidamente arranjada, tirando e ainda bem esta passagem hidráulica que fizeram agora ao pé do matadouro, que realmente penso que vai favorecer bastante o escoamento de águas que ali se inicia.

Portanto o projeto da variante continua por fazer, penso que a Câmara neste próximo Orçamento irá realmente referir essa situação. Outras situações que eu tinha aqui e continua, o Centro de transportes de Aveiro não se fala, há muito que não se fala nele, o Centro dos Transportes há muito não se fala nele. Penso que é altura, já que estamos em época de aprovar novo Orçamento, de pensar falar na situação. É uma obra que está ali a degradar, que é uma obra que está ali a ocupada por entidades, que não têm nada a ver com aquilo e é uma obra que realmente a cidade de Aveiro continua a ter os autocarros e as camionetas a passar por dentro da cidade, tendo umas infraestruturas e umas acessibilidades já minimamente válidas para se poder transferir para ali tudo o que é movimento coletivo de autocarros.

O estudo do tráfego no Beira-mar também é uma situação grave. Porque ali é a Beira-mar, continua a ser uma anarquia a nível de trânsito, já não falo no movimento da Praça de Peixe, mas falo sim em ruas, em que metade da rua é num sentido, outra metade é noutro sentido, outra metade é dois sentidos, ruas que realmente ainda por cima são algumas paralelas, há ali uma quadrícula que está executada desde a sua origem e que se podia utilizar nos sentidos únicos de montante e de jusante e realmente continuamos a insistir em fazer metade num sentido e outra metade noutro sentido.

Acho que era preciso, ter uma melhor visão e ter um bocadinho de vontade para realmente perceber o que é que as pessoas querem. E se calhar não fazer aquilo em cima de um pequeno projeto e acaba por realmente dar a situação.

Uma das questões que eu queria aqui ver também e que perguntava ao executivo, é que eu tenho passado na avenida das Agradas, que realmente acho que é uma obra extremamente válida e é bom ter uma Câmara estar a executá-la, mas ultimamente tenho visto todo o equipamento parado!? Não sei se estarão de férias, aceito que sim, mas realmente não gosto de ver aquela situação assim, porque dá azo a como já foi falado nesta Assembleia, a que as obras derrapem e os prazos não se cumpram e temos uma obra ato eterno para se acabar, como é o caso do Centro de Motorização Ambiental na zona dos moinhos, que também começou há 2, 3, ou 4 anos e não se sabe quando é que termina. Portanto era situações dessas que eu acho que a Câmara tem que ter mais atenção e tem que fiscalizar e tem que exigir ao empreiteiro realmente, para que quando começa uma obra dentro dos prazos a acabe. Ou então, se realmente a Câmara não tem capacidade para poder fazer ali pagamento ao empreiteiro, tem que falar com o empreiteiro e apresentar uma solução — há normais legais para se poder realmente suspender as obras.

Congratulo pela frente ria de São Jacinto. Sim senhor, acho uma boa situação terem aproveitado, terem prolongado a frente ria de São Jacinto até à zona dos Estaleiros, até para lá dessa zona toda, portanto vai valorizar bastante essa zona.

E gostaria de para terminar, de falar na pista de remo, que também nunca mais foi ventilada em nenhuma das Comunicações do Senhor Presidente, gostaria de saber qual era a situação.

E a nível do trânsito, voltando outra vez ao trânsito para terminar, esta situação. Aveiro não é uma cidade diferente das outras. Em qualquer cidade do mundo, em qualquer cidade do país há ruas pedonalizadas e o público tem que respeitar. Portanto é um caso de policiamento, é um caso de seja lá o que for, mas a gente vai a Viseu, vamos a Faro, vamos a Amesterdão, vamos a Espanha, vamos a várias cidades de todo o mundo e há ruas pedonalizadas e as pessoas cumprem. A ribeira do Porto está fechada ao trânsito e as pessoas estão a cumprir. As cargas e descargas é a determinadas horas e a partir daí acabou. É para o público lá poder passear e poder verificar as coisas. Aqui em Aveiro temos um assunto, realmente a Praça do Antigo Tribunal está um bocadinho desertificada, mas hoje em dia até valorizou um bocadinho porque os correios quando acabarem na Vera Cruz, foram todos transferidos para lá. Portanto neste momento os correios têm muito mais movimento do que tinha, Não sei se compensa a saída do Governo Civil, mas o que é certo é que realmente já se conseguiu levar para lá mais algum fluxo do movimento e de pessoas, que poderá movimentar aquilo. Pronto, não sei se realmente também não será possível fazer um acordo da Câmara com o parque de estacionamento que lá existe, para tentar realmente facilitar e para estar mais aberta a outro tipo de horas, para poder facilitar que as pessoas estacionem lá. Mais barato ou mais caro, isso é uma questão de realmente se ter vontade de discutir a situação e de se falar dessa situação. Pronto, eram estes pontos que eu de momento tinha aqui e terei mais alguns, mas aquando da discussão do Orçamento. Muito obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[066](#)

“Senhor Presidente vou ser breve e reservar-me para a segunda parte, mas há algumas notas que eu gostaria de deixar. Em primeiro lugar fala-se aqui nesta Comunicação do Senhor Presidente, do desenvolvimento de alguns projetos fortemente apoiados pelas verbas comunitárias. E eu não sei como é que eles estão, os outros, mas aqueles por onde eu passo parece-me que aquilo está parado. Isto é, as escolas de Verdemilho. Penso que está tudo parado! Pelo menos não vejo lá movimento. Passa-se alguma coisa!? Não se passa? Como é que é? Quer dizer, arranjam algum empreiteiro que não cumpre como é costume? Arranjam por lá alguma trapalhada para aquilo não se fazer? Gostaria de saber efetivamente o que se passa porque já vai sendo tempo, já vai sendo tempo não é?

Já vai sendo tempo de apresentar algum serviço que é para isso que os Senhores ganham ao fim do mês, é para apresentar algum serviço.

É para isso que nós lhe pagamos. Não se ria Senhor Deputado que é para isso — é para isso e para algumas viagens à China, também.

Quanto à situação que foi aqui abordada, do estacionamento do ISCA, até já pedi aqui ao Presidente da Junta da Glória, que sei que até está envergonhado por aquela situação estar assim, ao menos já que não há dinheiro para arranjar dois ou três carros de mão de alcatrão ou de tapete, ao menos que despejem lá meia camioneta de toutvenat, aquilo volta ao antigo, não há problema nenhum, mas ao menos os carros não batem em baixo, como estão a bater lá todos os dias, o que é uma vergonha! É uma vergonha. Uma vergonha no centro da cidade. É uma vergonha e envergonha qualquer autarca, enfim, ou devia envergonhar!

Terceiro lugar, queria salientar a posição séria e escorreita do líder de bancada do CDS/PP, nomeadamente (quando é para dizer mal, também digo mal, quando é para dizer bem também o sei dizer) na sua posição quanto àquele mamarracho onde se vão gastar, enfim, os últimos dinheiros da autarquia, para investimento nos próximos anos, que vai ser feito ali no atravessamento do Parque de Santo António para o Infante Dom Pedro. É de facto aterrador! Como é que um executivo pensa que a obra do regime vai ser aquilo? E como vai legar à cidade como obra de regime aquele mamarracho, enfim!

Ainda bem que ficará feita, qualquer coisa que prove, como provam alguma coisa feita, que prove que este executivo era mau.

Mas o que eu queria falar basicamente é dar aqui umas notas sobre a situação financeira que o Senhor Presidente da Câmara não se cansa de dizer temos poupado, tanto, tanto, tanto, que qualquer dia até temos dinheiro para emprestar ao país “um milhão por mês”, qualquer dia o Passos Coelho “se precisares de dinheiro vai lá a Aveiro que aquilo é”.

De facto o que se passa é precisamente o contrário. O que se passa é uma maneira enfim, é preciso não esquecer o contexto em que isto é dito, Aveiro está parado há seis anos.

Toda a gente sabe aqui dentro que Aveiro está parado há seis anos! Há seis anos que não se põe uma chapada de cimento em nada. Aveiro está a cair; as estradas estão a cair de podres; os jardins não existem. Está tudo por fazer (ouvem-se vozes).

Mau seria, que não sendo feito nada, não houvesse ao menos dinheiro para pagar a despesa corrente. Mas se repararmos, as dívidas continuam bem acima dos 150 milhões de euros e o passivo aproxima-se dos 200 milhões.

Onde é que estão as melhorias? Onde é que estão as melhorias? Mais. Mais grave do que isso as dívidas de curto prazo eram, segundo os números que aqui estão, porque isto às vezes falha um bocado, porque às vezes quando é assim para haver uma reunião aqui da Assembleia Municipal há assim umas facturitas que não estão conferidas e portanto enfim, só então depois vêm. Mas por acreditar nos números que aqui vêm, a dívida de curto prazo em 30/11/ 2011 era de 41 milhões de euros!? O que prova duas coisas: primeiro um total falhanço, um total e rotundo falhanço, da tal Operação de Saneamento Financeiro.

Não nos esqueçamos que a Operação de Saneamento Financeiro era para colocar o passivo de curto prazo a zero.

O dinheiro era para zero. Mas vá lá que não fosse zero, fosse próximo de zero — temos 41 milhões de euros neste momento! 41 Milhões de euros são as receitas totais da Câmara num ano. Até as receitas totais da Câmara nos primeiros onze meses deste ano rondavam esses valores — e estamos a falar de dívidas de curto prazo. Isto é, são aquelas que têm de ser resolvidas, têm de ser pagas rapidamente, no máximo no prazo máximo de um ano. Então, utilizámos um Plano de Saneamento Financeiro, e recentemente utilizámos o resto para atingir os 56 milhões e estamos piores que antes!? Então, mas que raio é isto. Não temos feito nada? Alguém conhece alguma coisa que tenha sido feita em Aveiro nos últimos seis anos? Digam

uma obra. Digam assim, têm uma obra onde se gastou em utilidade para Aveiro nos últimos seis anos?

A situação é grave senhores deputados. Mas mais grave é porque parece que o executivo ainda não se convenceu que a situação é grave, e vem para aqui dizer “agora até estamos a poupar um milhão por mês.” Um milhão por mês!?

E não se esqueçam, estamos no fim do período de carência do empréstimo. Vai ser necessário começar a pagar as amortizações. E se este ano estamos assim sem amortizações a situação financeira (estamos a falar da situação financeira), imagina para o próximo ano!

E é nesse contexto da situação financeira aterradora que o Senhor Presidente nos diz (li nos jornais de hoje) “Até agora a gente não fez nada, mas para o ano...” Para o ano é que vai ser! Está quase como o nosso Primeiro-ministro quando diz “para já têm de emigrar, mas se isto correr bem a partir de 2013 já não têm de emigrar.” De facto Aveiro não vai lá.

Pelo menos não vai lá com estes governantes. E oxalá que o menino Jesus nos ponha no sapatinho pelo menos promessas de governantes melhores. Promessas de governantes melhores e que estes que lá estão façam os seus atos de contrição e verifiquem ao fim deste tempo todo (que é muito importante fazer isso), nós cometemos erros, mas mais importante do que reconhecer os erros é tentar emendar a mão. E de facto isso não se vê neste executivo, contrariamente (já agora gostaria de dizer sem querer estar a querer pôr algum veneno nisso) a outros Governantes, bem perto de nós, que tem conseguido gerir alguma da crise existente e gerir muito bem os fundos comunitários que tem sido postos à sua disposição — e que obviamente não os tem empregue em duas pontes.

Imaginem, o dinheiro que vem vai ser empregue em duas pontes de requalificação. Parabéns Senhor Presidente, que tão bem pensou esses caminhos para a cidade.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)⁰⁶⁷

“Senhor Presidente, devido ao adiantado da hora, também me parece que nós podemos abreviar para podermos acabar esta Sessão em horas decentes. Gostaria de a propósito da Comunicação do Senhor Presidente da Câmara e começar até pela parte do Passivo.

E realçar que é muito fácil, muito fácil, quer dizer. Mas se não há moralidade para se dizer aquilo que nós ouvimos há bocadinho porque se as contas do município estão como estão e se o passivo é o que é, pois com certeza. Mas o mais grave é exatamente a leviandade com que estes riscos aparecem quando se fala deste assunto.

Por isso quando dizem que as obras custam a aparecer. Quando se diz que o passivo continua ou durante muito tempo esteve a aumentar, foi precisamente por causa de faturas não contabilizadas pela Câmara anterior — pois é, com leviandade continuam a rir-se destas coisas.

É isto que o Partido Socialista a nível local, a nível regional, a nível nacional, é isto que fazem sempre a mesma coisa, é uma cultura.

Neste momento podemos dizer, é uma cultura socialista que se instalou na sociedade portuguesa e isto é deveras grave porque eu acho que quem não tem moralidade para falar é exatamente este Partido Socialista que ainda agora acabou de fazer as suas intervenções.

E se não vejamos aquilo que tem sido a evolução do Passivo desta Câmara Municipal de Aveiro. Só para irmos ao último ano. Se fizermos a comparação entre 30 de novembro de 2010 e 30 de novembro de 2011, aquilo que nós podemos ver é que o total do passivo diminuiu 14,5 milhões de euros.

Atendendo a que um ano tem doze meses, por isso nós estamos a reduzir um Passivo como o nosso Presidente da Câmara disse, em mais de um milhão de euros por mês! Um milhão de euros por mês. Quando nós podemos ver que a receita anual anda à volta dos 40 ou 50 milhões ou seja, temos uma receita que não anda acima de 4 milhões de euros por mês, significa que há um esforço financeiro de 25% daquilo que é a receita da Câmara Municipal

para pagar dívidas — é claro, dívidas que vêm do passado. Dívidas que vêm do Partido Socialista e que ainda por cima acham que não se devem pagar — e isso para nós é muito grave.

E são estes números que eu gostava que os aveirenses reconhecessem: - um milhão de euros por mês é quanto esta Câmara Municipal de Aveiro está neste momento a abater ao passivo municipal.

Dizem assim: - ainda estamos a dever 151 milhões de euros. É verdade. Ainda estamos a dever 151 milhões de euros, mas já abatemos nestes seis anos muitos milhões, muitos, muitos milhões de euros e é uma pena que esta nossa oposição não tenha consciência disto e pior e pior... (ouvem-se vozes). Mas isso faz parte da postura também entre os partidos que neste momento suportam a Câmara e o maior partido da oposição que tem esta postura que nós já nos habituamos a fazer ruído de fundo, quando estão a ouvir coisas que não lhes interessa. Mas não é isso que nos demove de dizermos aquilo que nós devemos de dizer porque estamos a informar os aveirenses, quando nós citamos estes números. 4,5 milhões de euros de dívidas de terceiros a curto prazo — ainda é muito grande. É, eu também acho que é. Mas em abril de 2011 essas dívidas eram de 50 milhões. Por isso neste momento 41 milhões, de abril para cá ou seja, em meio ano, nós já reduzimos seis milhões estas dívidas de curto prazo e não houve aqui nenhuma ajuda financeira. Porque a ajuda financeira foi antes disto, foi contabilizada antes disto que nós recebemos do empréstimo de que há bocadinho o Partido Socialista estava a falar.

Mas mau grado este Passivo, aquilo que é importante nós referirmos é que há obra que está a ser realizada no município de Aveiro e os aveirenses conhecem essa obra.

Agora é óbvio que essa obra está a ser feita através de verbas essencialmente comunitárias e daqueles que acreditam que o município de Aveiro pode realmente construir e estamos a financiar para que nós possamos construir essas obras.

E gostaria de lembrar aquela obra que incomoda muitos é verdade! Incomoda muitos que é o acesso ao parque de autocarros que está a ser construído na Baixa de Santo António e que vai dar o acesso a que com segurança todos aqueles que queiram visitar a Fábrica da Ciência Viva o possam fazer.

É claro que estas obras incomodam o Partido Socialista e por isso não gosta que nós aqui nos possamos referir a elas.

É também uma realidade a obra que se está a realizar nas Agrads do Norte, naquilo que vai ser uma ligação natural e que já se devia ter feito há muito tempo entre Esgueira, entre aquele bairro populoso que é a Quinta da Carramona e também o outro bairro também populoso que é Sá Barrocas. Ainda mais porque essa obra está preparada para que possa haver uma ligação direta à A25. E essa ligação à A25 é uma ligação muito importante, reivindicada por todos os aveirenses, e que faz parte do programa de mobilidade que todos nós queremos para o nosso município.

Também a este propósito, preocupou-me aquilo que foram as palavras do Senhor Presidente da Junta da Vera Cruz. Se realmente é verdade que não há ainda saneamento básico e que não está a ser previsto aquando da execução desta obra. Mas é um assunto que tenho a certeza que o Senhor Presidente da Câmara nos poderá explicar.

Saudar também o contrato programa de desenvolvimento desportivo que foi celebrado com doze associações desportivas do município de Aveiro. E também saudar o facto de que esse contrato de desenvolvimento desportivo é transparente e pode ser visto por todos. Não é feito à socapa, não é feito às escondidas, toda a gente pode ler no boletim informativo municipal, quanto é que são os montantes que a Câmara está a entregar a cada uma destas coletividades, quais são os serviços que estas coletividades vão prestar ao município de Aveiro.

É esta transparência que eu acho que é muito importante e que ainda bem que existe o boletim informativo, porque é uma daquelas informações que é importante que todos saibam qual é o

serviço que cada um está a contribuir e que as coletividades contribuem para o desenvolvimento do município de Aveiro.

Quem não tem dinheiro é por aqui que deve ir. Deve gerir muito bem o dinheiro e todos os aveirenses são convidados a controlar o dinheiro que a Câmara está a entregar a essas mesmas associações.

Uma última referência também ao Documento Verde que nós aqui já discutimos nesta Assembleia, que foi apresentada, foram apresentadas as posições dos diferentes partidos quanto a este documento. E é um assunto que gostava que esta Assembleia voltasse a tratar. É um assunto que não gostava que nos fosse imposto via Governo Central e por isso que houvesse uma posição do município, da Câmara Municipal, que houvesse uma posição da Assembleia Municipal acerca daquilo que de acordo com as regras que nos foram apresentadas, qual é a proposta que nós fazemos para o nosso município, aquilo em que nós estamos a favor, mas também mostrando aquilo em que nós poderemos eventualmente estar contra. Não ganhamos nada, se não nos pronunciarmos. Não ganhamos nada, se dissermos que estamos contra tudo aquilo que nos vão impor porque na realidade depois poderemos ter que assumir algo que poderemos não querer. E por isso acho que era muito importante que houvesse o debate na Câmara e nesta Assembleia, quanto a esta proposta de Documento Verde, agora aplicado ao nosso município. E era isto, muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Vereadora Maria Luz Nolasco⁰⁶⁸

Vereador Carlos Santos⁰⁶⁹

Vereador Pedro Ferreira:⁰⁷⁰

“Responder ao Partido Comunista em relação às Escolas, nós inclusivamente já fizemos uma resposta a uma solicitação do Bloco de Esquerda da Assembleia Municipal e, portanto, aquilo que mantemos em termos de resposta, é que contactámos o Agrupamento de Escolas para ver qual era a situação e isso tem a ver com uma situação contratual, o modelo que eles propuseram em termos de contrato.

Como sabe nós não somos promotores nem executores do projeto e, portanto, aquilo que nós podemos fazer é tentar ajudar o Agrupamento naquilo que for necessário. Mas é um processo que tem a ver com formas de trabalhar internas e não nos vamos pronunciar.

Quanto às Contas, dar-lhe esta nota. Temos a perceção que o caminho trilhado em dois mil e onze tem sido um caminho positivo e julgo que as suas dúvidas serão dissipadas quando apresentarmos as Contas para o próximo ano. O esforço que tem sido feito e bem consolidado, espero, de facto, que continue no próximo ano porque é esse o nosso objetivo.

Em relação ao Bloco de Esquerda algumas notas. Em relação à ultrapassagem dos valores em termos de empreitadas a lei é muito clara. Foi reduzido para cinco por cento o valor máximo de trabalhos a mais. E portanto, acho que será muito difícil haver ultrapassagem desses valores. (ouvem-se vozes).

Não é “assim o espero” é “está na lei”. Em relação ao saneamento das Agradas acho que já foi tornado público que a situação não tem nada a ver com a avenida nova. O saneamento das Agradas está previsto no plano de investimentos da ADRA.

Em Aveiro não há muitos investimentos iniciais da ADRA como foi sempre afirmado. Haverá investimentos em reabilitação de rede, mas em termos de investimentos em rede específica, sem ser estruturante, o investimento das Agradas do Norte está previsto. Mas isso já está a ser articulado entre as entidades.

Quanto ao Aveiro Empreendedor. Senhor deputado, se há processo que tem muito pouco de formação ideológica posso-lhe dizer que é este. Eu percebo que para o Bloco de Esquerda empreendedorismo pode ter a ver com capitalismo e coisas dessas.

O Aveiro Empreendedor pretende criar empreendedores. E empreendedores não são apenas pessoas que vão ser empresários no futuro. Há muito empreendedores sociais e cada vez haverá mais. O que nós queremos é exponenciar esse empreendedorismo e essa vontade. E, portanto, não tem nada a ver com ideologias nem nada disso.

Em relação ao Presidente João Barbosa e ao Parque de S. João. Deve-me ter passado não falar consigo sobre isto. Aliás julgo que a ideia é muito próxima daquela que são os objetivos da Junta. E portanto temos que falar porque aqui houve algum lapso de comunicação com certeza, e que eu me recrimino, mas que vamos alterar.

A questão do Regulamento dos Canais foi aprovado na última reunião de Câmara e irá agora para consulta pública, onde nós esperamos que haja muita participação. Decidimos avançar com ele como estava apesar de poder ter algum erro, mas precisamente para as pessoas poderem participar massivamente. Foi esse o nosso objetivo.

Com certeza que vamos todos avaliar este processo porque não podíamos continuar sem regulamento dos canais. Acho que já era tempo suficiente e, portanto, avançámos mesmo com o processo assim.

Em relação à iluminação do túnel o Sr. Presidente dará uma explicação sobre o assunto e depois irei falar sobre a questão da iluminação.

A questão do RAMPA. Nós aprovámos dois projetos no âmbito do RAMPA. Este projeto tem a ver com mobilidade para pessoas com mobilidade condicionada e reduzida. A ideia é nestes dois projetos avaliar o centro da cidade de Aveiro, isto é, a Avenida, a zona da Beira-Mar a zona da Praça do Município, para vermos onde estão os problemas de mobilidade e preparar um projeto de intervenção nessa área.

Depois está outro projeto em coordenação com esse, porque nós vimos duas candidaturas aprovadas, que é exatamente a realização do mesmo estudo mas nas Freguesias.

É esse o nosso objetivo. Ver onde estão os problemas e preparar o processo de intervenção para depois podermos executar as obras.

Em relação à ACRU. Há muitos anos que nós tínhamos uma ACRU que ocupava uma zona muito restrita da Beira-Mar. A ideia é clara: avançar para a Avenida e também alargar a zona da Beira-Mar por forma a podermos ter todos estes benefícios. Em termos de timings e limites, o limite é aquele que referi e em termos de timings, nós podemos em breve ter alguma informação sobre isso.

Beira-Mar às escuras. Não foi nenhuma ação nossa, ainda. De facto, o aumento verificado em termos de IVA é um aumento muito considerável. Nós estamos a falar de mais de duzentos mil euros e, portanto, temos de tomar medidas. Já falámos com as Juntas de Freguesia e queríamos articular por forma a que não aconteçam de facto problemas de segurança.

Baixa de Sto. António. Nós vamos intervir em todo o território. É normal que neste momento não tenha a imagem que nós nos habituámos a ver.

Em relação à Educação. O Sr. Deputado falou da falta constante do Município nas reuniões nos Conselhos Gerais. Os Conselhos Gerais têm três representantes em dez deles, e dois nos outros. E o que lhe posso afiançar é que em noventa e cinco por cento dos mesmos esteve presente sem dúvida um representante do Município.

E também lhe posso dizer que o não estar presente, ou por vezes não estar, é porque têm a estrondosa ideia de marcar todos os Conselhos Gerais normalmente nas mesmas datas e muitos deles a coincidirem com a Assembleia Municipal — o que é interessante para de facto nós podermos participar em todos.

Porque nós não indicamos pessoas que não tenham responsabilidade política e que depois não possam assumir aquilo que lá dizem.

Quanto a não prepararmos o ano letivo. Nós realizamos reuniões com os agrupamentos individualmente e com os agrupamentos todos em conjunto. Portanto essa informação quem lha deu tem toda a legitimidade para lha dar mas não é correta.

Quanto às Auxiliares, Sr. Deputado Pires da Rosa. É certo que nós temos a responsabilidade deste processo desde que tomámos posse há cinco anos ou há seis anos.

Mas este processo como disse e bem, é de noventa e nove. E não pretendi dizer que nós nos estávamos a escusar em nada.

Aquilo que vocês transmitiram aqui é exatamente contrária à ideia de que quem tutelava a questão dos Recursos Humanos na Câmara durante esse período — é exatamente contrária. Tenham essa noção. E ainda bem que mudaram, tem todo esse direito, mas é exatamente contrária à ideia que tinham — se calhar o processo já poderia estar resolvido.

Parece-me que aqui o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda não ouviu aquilo que eu disse. Nós não temos recibos verdes, nem pseudo-recibos verdes. Levámos a reunião de Câmara uma proposta para contratar as vinte pessoas que, fruto dos constrangimentos, tem que ter autorização do Sr. Ministro. Julgo que no próximo ano, esperemos, já não será necessária esta autorização e vamos verificar para ver se podemos resolver o assunto. Só para ultimar e ainda bem que têm uma ideia diferente do passado.

O Sr. Deputado Raúl Martins saiu, apesar de ter mandado as suas bocas normais, que é sempre interessante para nós para depois podermos responder sem as pessoas estarem aqui presentes.

Já sei que para a próxima semana aquilo que eu disse vai ser voltado a repetir. Mas peço que lhe transmitam para ver se fica o problema resolvido.

O objetivo do Plano de Saneamento não era pagar todas as dívidas de curto prazo. Não era. Pode ser essa a perceção, mas aquilo que os Planos de Saneamento têm de cumprir é um determinado conjunto de regras, nomeadamente a redução dos limites de endividamento para os limites legais, para além do cumprimento de prazos para pagamento a fornecedores, entre outros.

Nós estamos a caminhar para esse prazo. Quanto às dívidas a curto prazo é importante esclarecer dois pontos: primeiro, incluem seis vírgula cinco milhões de euro de dívidas à SIMRIA que tem um acordo de pagamento a longo prazo, mas que fruto do modelo de contabilização que o POCAL nos obriga estão representadas a curto prazo; depois tem setecentos mil euros que são de pagamentos de empréstimos ainda este ano; e tem os treze milhões da REFER.

Isto significa que é metade do valor que vocês aí têm, para além de terem ainda como dívida de capital social da POLIS Ria, que ainda não está realizado.

Significa, portanto, que estão aqui mais de metade das dívidas de curto prazo em quatro processos em que depende sempre do modelo de contabilização para as coisas serem curto ou médio prazo.

Significará, muito provavelmente, que nós neste ano ficaremos muito perto de cumprir a questão dos quarenta por cento de Dívidas a Fornecedores. O que é extremamente agradável. Mas isso vocês só poderão verificar na Prestação de Contas.

Presidente da Câmara: [071](#)

“Filipe Guerra, como compreende nós não nos intrometemos em assuntos que digam respeito a outras entidades, a não ser que sejamos solicitados. Quanto aos orçamentos realistas concordo em absoluto com aquilo que diz, pena é que o legislador não o tenha assumido e não permita essa forma que seria mais correta.

Quanto ao túnel da Estação e à iluminação. Agradeço a disponibilidade que o Dr. Pedro Ferreira me deu para fazer um brilharrete, porque eu próprio também me confrontei com esse dilema que foi aqui colocado.

Muitas vezes notei que durante o dia entrávamos no túnel da estação e que havia uma luz intensa e, depois, estranhamente passava lá de noite e o túnel tinha uma penumbra muito

grande. E a conclusão óbvia que qualquer um tira, como eu tirei, é que há ali incompetência, e da grande, na gestão do processo.

Quando confrontei o técnico com esse assunto em questão, a explicação técnica é assim: a iluminação de um túnel não tem a ver com a intensidade da iluminação mas com o contraste que não pode provocar em quem vá a circular e vá da luz do dia para o túnel. E se vai da luz do dia para o túnel, o túnel, nessa altura, tem de estar mais iluminado para não haver contraste e não ser sentido esse contraste. Se for de noite, o túnel deverá estar mais escuro para que não haja esse contraste.

Percebe-se a explicação porque no fundo o grande problema é que pode provocar um acidente o contraste abrupto que pode existir entre a pessoa que vai do escuro para a iluminação de repente ou ao contrário, da iluminação para o escuro. Está dada a explicação técnica que me foi transmitida e que me parece racional.

Quanto à participação, clarificar dois princípios em torno da ideia de participação.

Primeiro a participação não é, nem significa unanimismo. Não é por não haver unanimidade num processo que nós podemos linearmente concluir que não houve participação. Pelo contrário. Quanto mais alargada for a participação mais possibilidade há de haver pessoas que discordem de uma solução que possa ser tomada.

Por outro lado, e este ponto parece-me o mais relevante em relação à participação, é que participação algumas vezes é entendida como imposição. A pessoa vai para um processo e defende aquela ideia e se não for aquela é o fim do mundo, à pessoa não lhe agrada. Participar é dar um contributo. É procurar valorizar um processo em que nós participamos. É procurar enriquecer esse processo, mas é no essencial confrontar a minha opinião com as outras opiniões que estão em cima da mesa. E no final, como é evidente, estar interiormente disponível para aceitar aquela que for a decisão tomada pela maioria ou por quem tenha poderes para as tomar, dentro das regras que estão definidas numa sociedade democrática.

Em relação aos processos no Tribunal que estão na relação, como já tínhamos informado a Dra. Ana Maria Seíça Neves, essa relação final surge sempre aquando da apresentação de Contas.

Na apresentação das Contas é feita de todos os processos pendentes que o Município tenha aparecem lá, naturalmente, referenciados. O que nos pareceu, e penso que já explicámos isso aqui, é que não faria sentido que em todas as Comunicações tivéssemos vinte páginas a dizer a mesmíssima coisa que dizia a Comunicação anterior.

Quanto aos investimentos, o Dr. Paulo de Jesus brindou-nos aqui com uma lição sobre captação de investimentos.

Primeiro quero dizer que comungo com a ideia, que penso que terá exposto, se calhar falamos demasiado da crise e falamos pouco do emprego. Eu acho que nós devíamos pegar na crise e pô-la debaixo da mesa, escondê-la, e pôr em cima da mesa a criação de empregos porque essa naturalmente é a forma melhor, mais rápida e mais segura, de se poder ultrapassar a crise.

Mas ainda em relação a este contraste entre esta importância dos investimentos, importância essa expressa aqui pela bancada do Partido Socialista, e aquilo que me foi dito quando chegámos à Câmara em relação ao Planeamento, em que tudo o que fosse espaço industrial não era para aumentar, não era para ampliar, porque Aveiro não seria um Concelho para recolher indústrias.

Naturalmente agora sente-se essa necessidade. Nós temos procurado estar atentos e só dar-vos alguns exemplos já feitos: a Decathlon; a Cerion; a Makro; a Multiego; a Unidade de Tratamento; Os projetos Pares (que também criam muito emprego); a Martifer; a NavalRia; o El Corte Inglés; a Ferro; a Bosch... É um conjunto de investimentos que têm acontecido discretamente nos últimos tempos em Aveiro e que têm, na prática, não é no discurso, procurado demonstrar esta importância que nós atribuímos à criação de emprego.

Quanto às Agrad, não sei se já foi aqui referido, em relação ao saneamento, penso que já foi dada a nota. É para concretizar no essencial. Entre a nova rotunda e a ligação à VitaSal as obras naturalmente não estão paradas. Aquilo que foi dito inicialmente por mim, foi que as obras decorrem com normalidade. Estão agora a ser construídos muros de suporte para as habitações que existem naquele local e pode não ser tão visível, mas as obras decorrem com toda a naturalidade.

Quanto aos cuidados nas adjudicações das obras. Nós gostaríamos muito que fosse possível haver esse cuidado. Mas como sabem um concorrente que num concurso fica em termos de análise técnica, análise fria e gélida, em primeiro lugar, é esse que ganha. Por muitas dúvidas por muitas questões que nós possamos ter e que são legítimas, é esse que ganha e é esse que tem que fazer a obra. E às vezes fica alguma amargura por nós não podermos decidir em função daquilo que nos parece justo, que nos parece correto, e que nos parece oportuno. Mas não há outra hipótese até porque como sabem, dizem todos os políticos são corruptos — todos nós somos corruptos, só falta provar que somos. Ser, somos, falta é provar que somos.

Num caso desses em que um concorrente em primeiro fosse preterido pelo segundo estava aí a prova cabal e final de que estava ali mais uma negociata e mais um negócio daqueles esquisitos.

Penúltima nota para os Contratos de Desenvolvimento Desportivo. Penso que esta é uma das coisas ricas que aconteceu e que nós não valorizamos porque não é obra nenhuma, não se vê. Mas é o estabelecimento de critérios para atribuição de apoio às instituições desportivas. Inicialmente, e agora alargando também para outras áreas, parece-nos que esta é uma obra notável. Procuramos dar justiça e verdade na distribuição dos poucos meios que nós dispomos.

Por último, em relação à Nissan. A decisão foi tomada no topo, foi tomada no Japão, é tomada com um determinado enquadramento e com fundamentos que são perfeitamente compreensivos. Estou a dar a minha versão.

Foi transmitido ao governo português numa segunda-feira, penso que no dia doze de dezembro, foi transmitida diretamente pelo vice-Presidente da Nissan que é o responsável pela Nissan na Europa, e ficou claro, e houve essa preocupação de ficar muito claro, que se tratou de uma suspensão. Ficou muito claro. Não está em causa nenhuma anulação, nem nenhuma transferência da fábrica para outro local. Tem a ver com uma suspensão que no essencial se deve ao seguinte: este consórcio entre a Renault e a Nissan, nas projeções, nos estudos, nos planos que fez, e aqui uma vez mais, por vezes os planos não batem certos, apontava para uma meta de produção de baterias de cerca de um milhão e meio de baterias até dois mil e dezasseis. Tinham perspetivas de que até dois mil e dezasseis vendidas um milhão e meio de carros com baterias elétricas. Essa era a perspetiva e em função dessa perspetiva, e as perspetivas incluem também a produção de baterias, pensam instalar quatro fábricas em todo o mundo, avançam logo com a do Japão, com a dos Estados Unidos e com a de França, está já na parte final a de Inglaterra e também seria a de Aveiro. É nesta perspetiva que eles avançam para estes projetos e que iniciam a construção desta fábrica aqui em Aveiro.

Como sabem, e penso que isso é público, a perspetiva do tal milhão e meio de carros vendidos até dois mil e dezasseis tem como ponto de partida, no ano de dois mil e onze, a venda de cem mil carros. Para um milhão e meio é uma diferença que faz qualquer gestor pensar, ponderar e refletir sobre o investimento que está a fazer.

Estão investidos pelo consórcio cerca de dez milhões de euros. A fábrica, edifício, está construída e não nos parece que eles venham a desperdiçar esse investimento. Ou para uma fábrica de baterias, dando continuidade ao projeto, ou com outro tipo de investimento para que estes dez milhões possam ser devidamente rentabilizados pela empresa.

Quanto às Taxas, já é público, foram pagas integralmente. Como tem sido prática nestes casos, tinha havido uma deliberação do Município em isentar determinado valor desse valor

total das Taxas. E como tem sido também prática connosco, acautelando, dentro do possível, aquilo que é o interesse público, esse dinheiro será devidamente devolvido de acordo com essa resolução que foi tomada em reunião de Câmara, de acordo com o regulamento e a lei, na altura em que a fábrica esteja em plena laboração, como nos parece justo.

Quanto às declarações insípidas do Presidente da Câmara em relação ao assunto. Nós acreditamos, e foi-nos garantido, que é uma suspensão. E dar-vos também nota e isso é importante relevar neste processo, o envolvimento, o respeito, e o empenho que o vice-Presidente da Nissan e responsável na Europa, que teve para connosco, e o diretor de comunicação, e também da Presidência da República, houve contactos estreitos connosco e a Presidência da República em relação a este assunto, e com o Sr. Secretário de Estado do Empreendedorismo que foi de uma disponibilidade imensa e empenhou-se muito neste processo.

Mas em relação às tais declarações insípidas, acreditamos que é uma suspensão. Isto é, não é o fim deste processo. É a continuação do processo. E sendo a continuação, a coisa pior que nós poderíamos fazer era colocarmo-nos em bicos de pés e começar a entrar em corte e em fratura com o investidor.

Tomámos as nossas posições nos locais próprios, com as pessoas próprias, dizendo e defendendo aquilo que achávamos que deveríamos defender, e não o fizemos como pensamos que não o deveríamos fazer na praça pública.

Está em causa o interesse de Aveiro, não está aqui em causa o interesse pessoal ou político de ninguém. Por isso, mais do que irmos publicamente afirmar posições, o importante é que ficou claramente reforçada a ponte e a ligação que já existia, por forma a que seja possível retomar este projeto e potenciar este investimento. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[073](#)

“Em relação às escolas coloquei-lhe a questão, naturalmente sei que não lhe são assacadas responsabilidades políticas, mas estamos a falar de crianças de Aveiro, de professores de Aveiro, que trabalham em Aveiro. Porque a situação é desesperante. E porque podendo o Senhor Presidente de Câmara ter um peso político, naturalmente se encetasse algum movimento poderia ser um apoio, Senhor Presidente de Câmara.

Relativamente ao orçamento, creio no entanto que a explicação dada pelo Vereador Pedro Ferreira não conseguiu portanto remover-nos da ideia de que de facto o valor pago tinha que ter aumentado em relação ao faturado, para que realmente se tivesse portanto feito a diminuição do passivo da autarquia em 3,4 milhões de euros. Nós manteremos esta ideia até portanto prova do contrário, não obstante as informações que foram saídas.

Senhor Presidente de Câmara, dois aspetos simples. Primeiro em relação ao desemprego, não obstante as empresas que o Senhor Presidente de Câmara elencou como empresas que vieram para Aveiro e deu vários exemplos delas, ainda bem que vieram.

A verdade Senhor Presidente de Câmara é que os números recentes do desemprego divulgados pelo IFP e note-se, eles estão cheios de gralhas ou há muito desempregado que desapareceu das listas, os números do desemprego no concelho de Aveiro, tal como no resto do país estão portanto em crescimento.

Portanto esta é uma área em que a Câmara Municipal de Aveiro tem ainda muito que fazer. Senhor Presidente de Câmara em relação à Moveaveiro e aquilo que foi dito pelo Vereador Carlos Santos, é verdade que haverá um autocarro novo ao contrário dos anteriores que eram material basicamente vindo em segunda mão do Porto.

Mas há um conjunto de autocarros que merecem rápidas reparações e que da parte do PCP esta é uma situação que devemos alertar sobre pena portanto de desastres. Chamamos a

atenção pelo facto da Moveaveiro ser uma empresa que as linhas têm sido cortadas e as carreiras, os horários do cinco, para a Universidade, noturnos, são linhas que o PCP considera importantes, não obstante eventualmente terem menos afluência, mas são linhas importantes pelo serviço público que presta, porque aquela ainda é uma empresa portanto de capitais públicos, não obstante e como o PCP já referiu numa nota de imprensa e naturalmente terão tido conhecimento, esta empresa na nossa opinião está portanto a ser preparada para a tal concessão a privados que como já terá manifestado ser a vontade deste executivo e isso preocupa-nos.

Senhor Presidente de Câmara duas coisas finais. Primeiro em relação às pontes que estão projetadas e que se anunciam até na sua Comunicação.

Senhor Presidente de Câmara, em nenhum lugar da sua Comunicação o Senhor Presidente de Câmara nos diz porquê vai fazer uma ponte sobre o canal central. Está inserida num projeto. Um projeto com um conjunto de valores, mas porquê aquela ponte? Quem é que pediu aquela ponte? Há alguém nesta sala que defenda aquela ponte? É que é isso que me é linear e de facto não queremos acreditar que os aveirenses querem aquela ponte.

Haverá quem queira aquela ponte? Podemos depois especular e subjetivar por que motivos, não o faremos aqui, mas de facto não é objetivo, não se encontra um objetivo específico para aquela ponte, nenhuma razão objetiva.

Senhor Presidente de Câmara, eu rematava apenas com um aspeto que nos parece que faz falta nas suas Comunicações que é o seguinte: a Câmara Municipal de Aveiro participa em muitos sítios, participa na AdRA, participa na Rede das Cidades da Arte Nova, participa em diversas instâncias e a verdade é esta, nós portanto oposição na Assembleia Municipal, o PCP, não está no executivo camarário, nós não temos conhecimento dos desenvolvimentos. Nós não sabemos o que se passa. Acho que seria importante, ou se não puder reduzir a escrita na Comunicação pelo menos dê-nos nota de quais são as opiniões que a Câmara Municipal de Aveiro tem tido nesses organismos, nessas instâncias. Porque de facto achamos que isso é um elemento básico, portanto da convivência democrática nas instituições públicas. Tenho dito.”

Vogal Rui Maio (BE)⁰⁷⁴

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu, dado o adiantado da hora eu prometo ser breve. Antes de mais queria agradecer as respostas que foram dadas. Espero tornar disso um hábito, uma vez que nas outras Assembleias não tinha sido assim. Ora bem, apenas duas pequenas notas, uma em relação ao comentário que foi feito pela Vereadora Maria da Luz Nolasco em relação ao canil. Eu queria só aqui lembrar que recentemente o Bloco de Esquerda recebeu uma resposta a várias perguntas que foram colocadas sobre o canil, numa delas perguntava-se se o executivo iria avançar com a esterilização de animais errantes? A resposta foi textualmente que a esterilização de animais errantes, não constitui uma competência dos centros de recolha obrigatória, além disso trata-se de um ato médico ou veterinário com custos financeiros significativos e o que representa um constrangimento.

Eu até digamos que posso entender que de facto isso tenha alguns custos. Mas devo aqui também lembrar que a 25 de fevereiro deste ano, foi aprovado na Assembleia da República um projeto de resolução do Bloco de Esquerda para uma nova política de controlo das populações de animais errantes. Esta política de abate sistemático dos animais errantes é a nosso ver errada. Para já porque ela não controla as populações de forma nenhuma, não é? E para além disso, contraria a convenção europeia para a proteção de animais de companhia, e os princípios para o bem-estar animal. Como eu já tinha dito ela não é eficaz no controlo das povoações errantes. Os dados da Direção Geral de Veterinária comprovam que o número de cães e de gatos errantes continua a aumentar. Entre 2006 e 2009 foram recolhidos para os municípios mais de 10.000 animais devido ao aumento da população. A minha questão é só

uma: se existem custos para o município neste programa de esterilização, que custo é que terá não o fazer? Que custos é que terá para o município não fazer este processo?

Depois, relativamente ao ponto do Aveiro Empreendedor, eu queria aqui só agora apresentar uma definição muito breve do que é o empreendedorismo e isto é uma definição do dicionário da língua portuguesa, não sou eu que a estou a dar «é um processo dinâmico, realizado pelo indivíduo que procura identificar, analisar, planear e implementar produtos ou serviços comercializáveis considerados como oportunidade de negócio». Se isto não é capitalismo, então o que é que será? E queria só mesmo colocar de novo a pergunta em relação ao programa operacional das pescas, em que é referido que vai ser criada uma infraestrutura portuária destinada ao apoio de pesca artesanal. Quando é que esta infraestrutura estará pronta para ser usada?»

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[075](#)

“Bem, para terminar, eu gostava de começar por dizer que é com satisfação que reparo que o Bloco tem quase tantos deputados como o PS neste momento nesta Assembleia Municipal!? Menos um, o que quer dizer alguma coisa sobre a postura da bancada do Partido Socialista aqui em Aveiro.

Continuando, devo dizer que saio daqui bastante desiludido porque eu hoje pensava que finalmente e quase um ano após o anúncio do concurso público para o Bairro de Santiago ia ter uma resposta. Hoje o que é que a Vereadora Maria da Luz Nolasco diz “não dá uma data”! Não há data e diz que os piquetes têm ido lá substituir um cano ou outro.

Ora bem, a Câmara é proprietária das casas. Portanto a Câmara tem que fazer a manutenção. E o que a Vereadora disse foi que a Câmara faz a manutenção, mas isso nós já sabemos ou supomos que sim, que devia fazer. O que está aqui em causa é que a água não tem qualidade naquele bairro, porque precisa da substituição da canalização.

Foi anunciado aqui um concurso público em 23 de fevereiro, que não teve seguimento! A meio deste ano numa Assembleia eu tentei adivinhar se ia ter seguimento ou não, e a reação da Vereadora foi “ah, tolice.” Afinal não era tolice nenhuma. A verdade é que não há data e isto é grave e é uma vergonha — e o Bloco continuará a insistir.

Sobre transportes. De repente parece que o problema dos transportes municipais em Aveiro tem a ver com o Banco Alimentar!? Há menos horários por culpa do Banco Alimentar? Há autocarros avariados por culpa do Banco Alimentar?

Eu só queria referir que se vai haver um autocarro novo. Eu fico com a esperança que a Moveaveiro então, e esse autocarro novo, não acabem na mão de um privado dentro de pouco tempo — e o Bloco estará também atento a isso. Muito obrigado, boa noite.”

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[076](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Era apenas uma questãozinha em relação ao Centro Coordenador de Transportes. Eu penso que a Câmara, e deixo aqui a sugestão para estudarem melhor o assunto, tem pelo menos duas áreas para onde se poderá transferir o Banco Alimentar. E porque não cai bem nesta Assembleia virem desculpar-se com o Banco Alimentar depois de o município ter gasto ali tantos milhões de euros. Têm por exemplo os antigos armazéns da Câmara, ali junto ao Beira-Mar, e que estão completamente devolutos, e podia ser um espaço bom ou mesmo a própria fábrica da pinheira, um espaço que se comprou há vários anos na zona de Ardas, e está devoluta, tem uma área enorme, penso que era uma zona para onde se poderiam transferir as instalações do Banco Alimentar. Muito Obrigado, senhor Presidente.

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷⁷

“Eu depois da resposta da Câmara, estava quase tentado só a dizer Bom Natal a todos. Que aproveito e desejo.

Mas não resisto a comentar esta nova tática inaugurada hoje à noite pelo executivo municipal, que ao contrário do nosso querido colega Manuel António Coimbra que mantém sempre o mesmo discurso relativamente ao passado, agora parece que a culpa de uma série de processos e de questões que não se vão resolvendo afinal é de quem liderava os Recursos Humanos (e não faço ideia quem era) que tinha uma opinião contrária a contratar os Auxiliares de Ação Educativa. E que, pasme-se, a opinião que o Senhor Presidente da Câmara escutou quando chegou à Câmara era que o executivo socialista queria transformar Aveiro num dormitório e, portanto, criar empregos e atrair investimento era uma coisa que não interessava ao partido socialista que é uma coisa que ninguém acredita como é evidente. Agora, o tipo de investimento, o tipo de empresa, onde, etc., é uma coisa discutível e que todos devemos discutir Senhor Presidente. Agora argumentar que relativamente ao passado, que alguém lhe terá dito na Câmara que o executivo socialista não queria atrair investimento não convence absolutamente ninguém disso.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷⁸

“Apenas para dizer que o que ficou patente no final da reunião foi que o principal problema, para além de todos, o problema novo que surgiu, foi a questão até aqui trazida pelo público, da questão das Auxiliares. Curiosamente um tipo de questão que envolve agora ligação às Juntas pelo que parece com a delegação de competências — e o Senhor Presidente da Câmara foi também presidente de Junta de Freguesia. Alguma despreocupação com o mundo da Educação e do Ensino no Concelho — e o Senhor Presidente da Câmara foi professor.

E sobretudo, uma interpretação que acaba por ser pasmante, que é: a Câmara explicou que pretende resolver o problema, mas não explicou por que é que tentou passar a responsabilidade, do meu ponto de vista, que é um pouco resultado do modo como tem feito algumas coisas. Isto é, vai protelando, vai tentando resolver as coisas em cima do joelho, com alguma desatenção.

Nós vamos tendo notícias de viagens que são feitas de pessoas com responsabilidades no município, quando deviam estar a cuidar de coisas e de documentos que são essenciais para o município. Vamos tendo notícias de faltas a reuniões em órgãos e que deveriam ser estratégicas para o município. E vamos tendo notícia após notícia de algumas atividades que nos levam a crer que isto está apenas e só “a correr a favor do vento”.

Na coligação ninguém se entende!?! Aparece um Vereador com responsabilidades numa entrevista no jornal a dizer que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que só iria fazer dois mandatos... Isto é notícia atrás de notícia e a ideia que perpassa é que estamos todo à espera de que algo aconteça de “melhorzinho”. Oh, Senhor Presidente, se o senhor tem a pretensão de continuar no seu cargo (e que é uma pretensão justa de a ter) com a sua equipa e com o seu projeto, tem de começar a implementar o projeto e implementá-lo com alguma convicção — porque assim, não vamos lá!”

De seguida o presidente da Mesa⁰⁷⁹ deu por encerrada a primeira reunião da Sessão Ordinária de dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 28 de dezembro (4.ª feira) pelas 20:00 horas, na sede da Assembleia Municipal, em Aveiro.

Eram 01:30 horas do dia 22 de dezembro de 2011.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)